

ESTUDO DE INCIDÊNCIAS PATRIMONIAIS

..PROJETO LOTEAMENTO MATEUS POENTE..

UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA REAL || VILA REA



FICHA TÉCNICA

PROMOTOR	CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS
	Praça da República
	4610-116 Felgueiras
EMPRESA CONSULTORA	AMBISITUS – Projetos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda.
	Estrada Exterior da Circunvalação,
	3848-1º Sala 3 4435-183 - Areosa, Rio Tinto
ÂMBITO DO RELATÓRIO	Descritor de Património
LOCAL	Mateus Poente
	(União de Freguesias de Vila Real e Mateus, Vila Real)
COORDENAÇÃO	Gabriel Rocha Pereira
EQUIPA DE CAMPO	Gabriel Rocha Pereira
CITAÇÃO RECOMENDADA:	PEREIRA, G. (2024) – Descritor de Património – Loteamento Mateus Poente – (União das Freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis) Nossa Senhora da Conceição São Dinis São Pedro/Vila Real) – Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. NEXO – Património Cultural Rel. policop. Esmoriz. 75pp.

ASSINATURA

Elaborado por:

Gabriel Pereira

(Arqueólogo Responsável)

© NEXO – Património Cultural
É proibida a reprodução de elementos deste relatório
sem a expressa autorização do Autor

Página deixada propositadamente em branco

ÍNDICE GERAL

1. ENQUADRAMENTO DO DESCRITOR	8
2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	16
3. IMPACTES PATRIMONIAIS	28
4. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	30
5. PLANO DE MONITORIZAÇÃO	31
6. LACUNAS DE INFORMAÇÃO E/OU CONHECIMENTO.....	33
7. RECOMENDAÇÕES	33
8. BIBLIOGRAFIA	35
Anexos Anexos	37

Página deixada propositadamente em branco

O presente relatório corresponde à apresentação dos resultados dos trabalhos arqueológicos, realizados no âmbito do EIA do projeto de Loteamento Mateus Poente, localizado nos limites administrativos da União das Freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis) Nossa Senhora da Conceição São Dinis São Pedro, pertencente ao município de Vila Real.

Atendendo as possíveis implicações no solo do presente projeto, consideraram-se os seguintes objetivos gerais: a inventariação dos elementos patrimoniais existentes na área de afetação do projeto, a avaliação da importância patrimonial de cada uma das evidências documentadas, bem como do impacto sobre o património decorrente da implementação do projeto, e a elaboração de uma proposta de Medidas de Mitigação de Impacte.

Neste sentido foram compiladas todas as informações bibliográficas e documentais dos elementos patrimoniais conhecidos, referentes à área de incidência do projeto, devidamente assinalados na cartografia cedida pela entidade AMBISITUS – Projetos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda..

Desta forma, foram recenseados 342 (trezentos e quarenta e dois) sítios de valor patrimonial, de carácter arqueológico, arquitetónico e/ou vernacular.

Dos sítios identificados, nenhum elemento patrimonial Classificado está localizado no interior do perímetro de incidência direta do presente projeto, não sendo previsível que sofram qualquer tipo de impacto.

De igual modo, dos sítios Inventariados e Não Classificados, o presente Descritor de Património considera que os elementos patrimoniais identificados na Situação de Referência serão alvo de impacto de tipo Compatível.

Os trabalhos de campo, prospeção sistemática, realizados na Área de Incidência Direta do Projeto não permitiram uma total identificação dos impactos, na medida que a vegetação em determinadas zonas impede uma visualização clara dos solos. Concomitantemente, o projeto de Loteamento incide de acordo com a pesquisa documental/bibliográfica e reconhecimento de campo sobre uma área de Potencial Arqueológico de valor Reduzido a Médio.

Neste sentido e face às ações potencialmente geradoras de impactos sobre eventuais elementos patrimoniais ocultos no solo, considera-se necessário ativar algumas medidas de mitigação de tipo preventivo e de carácter geral. Recomendando-se a realização **prospeção arqueológica sistemática**, de modo a colmatar as lacunas de conhecimento; a **sinalização prévia de todos os Elementos Patrimoniais**, e; **acompanhamento arqueológico**, de todas as ações de desmatização e operações de remoção de terras, abertura de caminhos ou outras infraestruturas de apoio à execução do presente projeto.

Por último, e a fim de minimizar os impactos de tipo Severo, identificado em um (1) Elemento Patrimonial, o presente Descritor sugere um conjunto de medidas de carácter específico de tipo Preventivo, tendo por base a salvaguarda dos Elementos Patrimoniais identificados bem como a possível ocorrência de vestígios arqueológicos atualmente ocultos no solo.

1. ENQUADRAMENTO DO DESCRITOR

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente intervenção arqueológica realizou-se ao abrigo do Decreto da Presidência da República n.º 74/97, de 12 de Dezembro (ratifica a Convenção de Malta – documento emanado pela União Europeia que visa a proteção a nível comunitário do património arqueológico); da Lei 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural), do Decreto-lei n.º 270/99 de 11 de Junho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), com o aditamento de 10 de Novembro de 2000, da portaria n.º 395/2015 de 04 de Novembro; do Decreto-lei n.º 151-B/2013 de 31 de Outubro e respetivas alterações – Decreto-lei n.º 47/2014 de 24 de Março e Decreto-lei n.º 179/2015 de 27 de Agosto –; da Portaria n.º 399/2015 de 05 de Novembro e do Decreto-lei n.º 164/14 de 04 de Novembro (Novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Refira-se, ainda, que presente intervenção arqueológica foi realizada de acordo com a Circular “Termos de Referência para o Descritor de Património Arqueológico”, editada em 10 de Setembro de 2004 pelo antigo Instituto Português de Arqueologia (IPA), posteriormente revista pela Circular “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”, datada 29 de março de 2023; e, do Decreto-lei n.º 140/2009, de 15 de Junho (Regime Jurídico de Estudos Projectos e Obras em Património Classificado), sendo devidamente autorizada pelo Património Cultural I.P. (PCIP) e pela CCDR Norte Unidade de Cultura (CCDRN).

Na elaboração do presente estudo foi igualmente tido em consideração o Plano Municipal de Ordenamento do Território de Vila Real designadamente o Plano de Pormenor Mateus Poente - Aviso n.º 7470/2024/2, de 08 de abril.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO DESCRITOR

A equipa que realizou o Estudo Patrimonial foi constituída pelo Arqueólogo Gabriel Rocha Pereira, Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras na Universidade do Porto, que realizou o trabalho de pesquisa bibliográfica, análise documental e prospeção arqueológica referente à zona de implantação do projeto e respetiva área de estudo.

1.3 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O objeto de avaliação em apreço consiste na análise de um projeto de Loteamento Mateus Poente sito na atual União de Freguesias de Vila Real, pertencente ao município de Vila Real. A área em estudo possui como ponto central do projeto as seguintes coordenadas:

Tabela 1 – Localização do Projeto (ponto central)

Loteamento Mateus Poente	
Ponto central	41°17'56" N
(WGS 84)	07°43'38" W

A área de estudo do presente Projeto corresponde à adiante designada área de incidência (AI) direta e indireta do

Descritor Património e é abrangida pela Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro (inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO em 2001, como Monumento Nacional – Aviso n.º 15170/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010, com as alterações do Aviso 4498/2021, de 11 de março e pela Portaria n.º 122/2024, de 16 de janeiro).

A descrição do Projeto assenta na memória dos Projetos de Arquitetura desenvolvidos pela equipa Projetista de Arquitetura, Santelmo & Pereira, Arquitetos, e das especialidades Planurb – Engenharia e Arquitetura, Lda e Ambisitus, Lda (Paisagismo).

O Loteamento em avaliação consiste na estruturação de um vazio urbano existente na zona de expansão da cidade, ocupando uma área de cerca de 7,1 ha.

Prevê-se a constituição de 14 lotes destinados a habitação coletiva, sendo que em 3 lotes – lotes n.º 11, 12, e 13 – é possível a instalação de comércio e/ou serviços no piso térreo, existindo ainda a possibilidade de instalação de um empreendimento turístico, do tipo estabelecimento hoteleiro com a categoria mínima de 3 estrelas, nos lotes 2 e 3 ou nos lotes 4 e 5. No total, o número máximo de fogos estimados para o local é de 623, considerando o quadro de áreas afeto ao Projeto de Arquitetura e de acordo com as capacidades máximas admitidas para o local.

Os lotes implantam-se de um e outro lado da via principal que estrutura toda a área, que é acompanhada por uma ciclovia ao longo de toda a extensão e que, por sua vez, entronca na Ecopista do Corgo, a poente.

São propostos 14 lotes para o Loteamento, que possuem características semelhantes em alguns parâmetros como sejam a altura máxima da fachada de 17 m, excetuando-se apenas a fração A do Lote 1 que terá no máximo 14 m de altura da fachada. O número máximo de pisos acima da cota de soleira é de 5 e 2 caves para a generalidade dos lotes, excetuando-se apenas a fração A do Lote 1 em que apenas são admitidos 4 pisos. A área total afeta aos lotes é de 34 615,0 m² e a área de cada lote varia entre os 1000,0 m² (Lote 13) e os 6 609,0 m² (Lote 1).

Relativamente aos usos, todos os lotes se destinam a habitação coletiva, sendo que nos lotes 11, 12 e 13 é possível o uso de comércio e/ou serviços no piso térreo, sendo previstos um total de 990 lugares de estacionamento.

Adicionalmente, está ainda prevista a possibilidade de instalação de um empreendimento turístico que poderá ocupar os lotes 2 e 3 ou os lotes 4 e 5. O empreendimento turístico a instalar será um estabelecimento hoteleiro com a categoria mínima de 3 estrelas, um máximo de 250 unidades de alojamento e um mínimo de 63 lugares de estacionamento num piso de cave.

A estrutura viária proposta articula-se com as vias existentes garantindo ainda a possibilidade de articulação posterior com a área a nascente e sul, tal como previsto no PU da Cidade de Vila Real.

Para a definição da estrutura viária foram constituídos uma série de eixos que refletem as circulações no espaço exterior. Os traçados foram estabelecidos conforme as orientações do Projeto de Arquitetura, que por sua vez deu cumprimento às diretrizes aprovadas no Plano de Pormenor em vigor. A infraestrutura rodoviária ficará assegurada por 5 arruamentos principais. A definição destes eixos teve como condicionante em planta e perfil longitudinal, a implantação dos edifícios propostos na arquitetura, bem como os acessos à via principal. Em perfil longitudinal, procurou-se minimizar as movimentações de terra de modo a evitar interferências com os terrenos e construções adjacentes, bem como garantir condições adequadas de escoamento das águas pluviais para o sistema de recolha projetado.

Em termos de traçado em planta, o Projeto aponta como principal condicionante a adaptação à solução proposta pela Arquitetura, nomeadamente a implantação dos edifícios e a articulação com os arruamentos envolventes, e a garantia dos raios de viragem mínimos para veículos pesados onde estes são necessários. As pendentes longitudinais das vias projetadas variam entre os 2,5 e os 10%.

Relativamente aos perfis transversais propostos, as plataformas do Eixo 1, Eixo 3, Eixo 4 e Eixo 5 terão faixa de rodagem com duas vias com dois sentidos de 3,25m de largura cada uma, ladeadas por estacionamento, zonas verdes e passeios.

O Eixo 2, que corresponde à via de sentido único que envolve a zona central da área, terá uma faixa de 6m, ladeada por estacionamento, espaços verdes e ciclovias/passeios, consoante o troço.

A faixa de rodagem terá uma pendente única de 2,5% para o extradorso e os passeios e estacionamento de 2% de inclinação para a faixa de rodagem.

Na delimitação das diferentes áreas são propostos lances pré-fabricados em betão.

No caso da obra afetar passeios e outras infraestruturas existentes, as mesmas deverão ser refeitas com características idênticas às originais.

O Projeto evidencia ainda a consideração da acessibilidade através da sobrelevação das passadeiras nas zonas de passagens de peões, com piso tátil diferenciado face à função: piso de alerta (pavimento tátil pitonado de aviso às pessoas da proximidade de uma passagem de peões ou de situações desniveladas; piso de presença (pavimento tátil estriado constituindo uma guia transversal em relação ao sentido da marcha do peão, de aproximação de travessia pedonal e de indicação do fluxo pedonal, garantindo a perpendicularidade ao eixo da via a atravessar).

O Projeto viário prevê ainda um conjunto de elementos a implementar nos acessos em estudo que englobam sinalização horizontal e vertical dando cumprimento às orientações e disposições regulamentares aplicáveis.

Avaliadas as componentes do projeto a implementar considera o Descritor de Património, os seguintes efeitos sobre o subsolo:

Tabela 2 – Síntese de Identificação das Ações do Projeto sobre o subsolo (adapt. AMADO REINO *et al* 2002)

	AGENTE(S)	EFEITOS
Operação de Loteamento	Acessos Provisórios	Alteração e Distorção Paisagística.
	Acessos Definitivos	Destruição; Alteração e Distorção Paisagística.
	Mobilização de Solos	Destruição; Alteração e Distorção Paisagística.
	Infraestruturas	Destruição; Alteração e Distorção Paisagística.

1.4 METODOLOGIA

Os trabalhos arqueológicos foram organizados em três etapas. A primeira etapa, promovida em gabinete, consistiu na recolha exaustiva de todos os dados disponíveis sobre o projeto, no levantamento dos valores patrimoniais existentes (incluindo classificados ou em vias de classificação), a nível local, nas diferentes bases de dados disponibilizadas pelas entidades oficiais no domínio da proteção do património arquitetónico e arqueológico Património Cultural, I.P. (PCIP), Unidade de Cultura da CCDR Norte (CCDRN) e no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA); na consulta do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Real, na pesquisa bibliográfica e documental e na análise toponímica e fisiográfica da cartografia.

A segunda etapa caracterizou-se pela realocização no terreno dos dados previamente recolhidos – com obtenção e confirmação dos dados com recurso a GPS – e pela realização de prospeções arqueológicas sistemáticas, na área de implantação do projeto e, seletivas, num perímetro exterior de 50 metros à AII, a fim de avaliar toda a zona inerente ao projeto

Paralelamente, aos trabalhos de prospeção arqueológica, procedeu-se a uma caracterização das condições de visibilidade dos solos, tendo por base as seguintes unidades de observação:

Tabela 3 – Visualização de Solos

VISIBILIDADE	DESCRIÇÃO
Má	Intransponível ao percurso pedestre
Mista	Arvoredo denso, mas com mato medianamente limpo. Facilita o percurso pedestre e a observação geral do terreno.
Média	Arvoredo pouco denso e com vegetação acima do joelho. Facilita o percurso pedestre e a observação de estruturas.
Boa	Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas.
Solo Urbano	Sem arvoredo, com vegetação abaixo do joelho, grande quantidade de entulho e lixo recente. Observação de estruturas, mas superfície de solo original sem qualidade de observação
Aterro e escavações	Sem arvoredo, sem vegetação e com o terreno completamente revolvido. Superfície de solo original sem qualidade de observação.
Área Vedada	Intransponível ao percurso pedestre.
Terreno forte inclinação	Percurso pedestre dificultado por questões de segurança.
Áreas de fogo e de desmatização	Arvoredo pouco denso e vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre, a observação de

Por fim, a terceira e última etapa consistiu na compilação e análise de todos os dados adquiridos, na definição de Elementos Patrimoniais de natureza arqueológica e/ou arquitetônico/etnográfica e delimitação das respectivas áreas de sensibilidade, e; na elaboração do respectivo relatório final dos trabalhos.

A metodologia aplicada na análise de impactos patrimoniais está diretamente dependente da forma como se caracteriza a Situação de Referência. Denominam-se por **Sítios Arqueológicos** os locais onde foram identificados vestígios materiais de valor patrimonial e científico, relacionados com ações humanas do passado (BRANCO 2008:115). Sendo delimitados sob a forma de polígono as áreas que integram os sítios, as zonas de sensibilidade e os respectivos perímetros de proteção, assumidos de acordo com os resultados das intervenções arqueológicas e/ou achados devidamente georreferenciados, e pelo estudo e análise das respectivas áreas envolvidas suscetíveis ao aparecimento de novos vestígios.

Concomitantemente, definem-se como **Áreas de Potencial Arqueológico** todos os locais assinalados onde a probabilidade de ocorrerem vestígios arqueológicos é tida como média a elevada, ainda que não se reconheçam vestígios e/ou estruturas arqueológicas à superfície (BRANCO 2008:115). Tratam-se de locais ou áreas definidas com base em critérios geográficos ou históricos – referências documentais e toponímicas – cuja condição geomorfológica pode indicar a ocorrência de vestígios arqueológicos; indícios, cujos achados se desconhece a sua localização exata e que carecem de estudo e confirmação.

No que concerne aos elementos patrimoniais de natureza arquitetônica/etnográfica, assume o Descritor a definição de João Vieira e Manuel Lacerda (2010) acerca do **Patrimônio Arquitetônico** como «o conjunto de estruturas físicas (os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes, núcleos urbanos e seus componentes, as paisagens e seus componentes) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique: valor arquitetônico (artístico, construtivo, funcional); valores histórico e documental, e; valores simbólico e identitário». Sendo delimitados sob a forma de polígono os respectivos perímetros ou zonas de sensibilidade, incluindo o edificado e a sua máxima extensão física – por exemplo o muro de delimitação de propriedade.

Posteriormente, procedeu-se à avaliação dos elementos patrimoniais documentados na Situação de Referência, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial. Apesar da atual Circular “Termos de Referência para o Patrimônio Arqueológico no Fator Patrimônio Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”, datada 29 de março de 2023, recomendar a Valoração Patrimonial com base nos critérios: valor da inserção paisagística; valor da conservação; valor da monumentalidade, valor da raridade regional, valor científico e valor histórico (definidos em MASCARENHAS et al 1986). O Descritor adotou outros critérios na valoração, considerados preponderantes na análise e comparação a diferentes escalas espaciais e tipologias de acordo com estudos recentes acerca desta temática, a nível nacional e internacional (BARREIRO MARTÍNEZ 2000; AMADO REINO et al 2002; CONESA FDEZ VITORIA 2010; REAL & BRANCO

2009: 15-19; APA 2009:51-57):

a) Critérios Gerais

Importância - Equaciona o potencial valor informativo que o Elemento Patrimonial pode assumir, em função da sua relação com o meio ambiente onde se insere e das características que apresenta ao ser reconhecido numa determinada tipologia ou classe (AMADO et al 2002:41-42). Considerando para o efeito a natureza dos Elementos Patrimoniais (Arqueológico, Arquitetônico e Etnográfico) e os valores de importância Artística, Científica, Histórica e Social.

Estado de Conservação - equaciona o estado de conservação atual do Elemento Patrimonial. Este critério tem por base a observação do Elemento Patrimonial in situ. Contudo, em caso da sua não identificação no terreno, ter-se-á em consideração a informação descrita na bibliografia consultada.

Proteção legal - equaciona se existe algum tipo de proteção legal sobre local.

Reconhecimento Social e Científico - Equaciona o potencial valor informativo que o Elemento Patrimonial assume ou pode assumir em termos sociais e científicos.

Vulnerabilidade - equaciona o estado de vulnerabilidade atual do Elemento Patrimonial em função da sua degradação involuntária.

b) Critérios Comparativos

Complementaridade - Equaciona o valor que o Elemento Patrimonial inventariado pode assumir, enquanto componente de um conjunto de Elementos Patrimoniais situados dentro de uma mesma unidade de paisagem (AMADO et al 2002:44).

Integridade - Equaciona o valor do Elemento Patrimonial inventariado com base na relação entre os elementos remanescentes do original e sua envolvente e as alterações que o mesmo possa ter sido sujeito ao longo da temporalidade e que colocaram em risco a sua total preservação.

Representatividade - Equaciona o valor que o Elemento Patrimonial inventariado pode assumir, numa mesma unidade de paisagem, enquanto representante de um conjunto de Elementos Patrimoniais da mesma tipologia (AMADO et al 2002:42-43; BRANCO 2014).

Singularidade - Equaciona o valor que o Elemento Patrimonial inventariado pode assumir, numa escala local, relacionando-o com os paralelos conhecidos a nível crono-tipológico (AMADO et al 2002:43-44; BRANCO 2014).

Tabela 4 – Matriz de Valoração Patrimonial

CRITÉRIO	PARAMETROS (VALORAÇÃO)					
Importância	Arqueológico (1)		Artístico (+1)	Científico (+1)	Histórico (+1)	Social (+1)
	Arquitetónico (1)					
	Etnográfico (1)					
Singularidade	Nulo	Indeterminado	Frequente	Regular	Raro	Único
	(0)	(1-2)	(2)	(4)	(6)	(8)
Representatividade	Nulo	Indeterminado	Reduzido	Médio	Elevado	Muito
	(0)	(1-2)	(2)	(4)	(6)	Elevado (8)
Complementaridade	Nulo	Indeterminado	Reduzido	Médio	Elevado	
	(0)	(1-2)	(2)	(4)	(6)	
Integridade	Nulo	Indeterminado	Pontual	Parcial	Ampla	Total
	(0)	(1-2)	(2)	(4)	(6)	(8)
Estado de Conservação	Destruído	Indeterminado	Quase destruído	Alterado	-	Inalterado
	(0)	(1-2)	(2)	(4)		(8)
Vulnerabilidade	Nulo		Reduzido	Médio	Elevado	-
	(0)	-	(2)	(4)	(6)	-
Proteção Legal	-	-	Adjacente	Local	Regional	Nacional
			(2)	(4)	(6)	(8)
Reconhecimento Social & Científico	-	Indeterminado	Local	Reconhecido	-	-
		(1-2)	(2)	(4)		

Por conseguinte, em relação a **Áreas ou Locais de Potencial Arqueológico** o Descritor, para efeitos de valoração patrimonial, teve em consideração os critérios: Densidade de Ocupação; Representação Espacial; Densidade de Material; Antropização Envolvente e Credibilidade do Registo.

Tabela 5 – Matriz de Valoração Patrimonial – Áreas ou Locais de Potencial Arqueológico (adapt. BRANCO 2014:16)

CRITÉRIO	PARAMETROS (VALORAÇÃO)				
Densidade Ocupação	Indeterminado (0)	Um período cronológico (2)	Dois períodos cronológicos (4)	Três períodos cronológicos (6)	Quatro ou mais períodos cronológicos (8)
Representação Espacial	Nula (0)	Reduzido (2)	-	Médio (4)	Ampla (6)
Densidade Material	Nula (0)	Local (2)	-	Frequente (4)	Ampla (6)
Antropização Envolvente	Nula (0)	Muito Elevado (2)	Elevado (4)	Médio (6)	Reduzido (8)
Credibilidade do Registo	Nulo (0)	Uma Fonte (2)	Duas Fontes (4)	Três Fontes (6)	Várias Fontes (8)

A conjugação de todos os critérios apresentados, que individualmente possuem um valor específico, permite a atribuição de um Valor Patrimonial sobre os elementos identificados. Assim, admitindo uma escala máxima de 100%,

correspondente a 61 valores, procedemos ao estabelecimento de uma Regra de 3 Simples sobre o somatório dos valores apurados para cada Elemento Patrimonial (EP) em análise:

$$Valor\ Patrimonial = \sum EP \frac{x100}{61}$$

Por conseguinte a fórmula de cálculo que estabelecemos para a atribuição de um valor em **Áreas ou Locais de Potencial Arqueológico (APA/LPA)** é praticamente idêntica à anterior. Admitindo-se, neste caso, que a escala máxima de 100%, sendo equivalente a 36 valores.

$$Valor\ Potencial\ Arqueológico = \sum APA\ ou\ LPA \frac{x100}{36}$$

Por fim, de modo a obter-se uma percepção do Valor Patrimonial procedemos à conversão dos valores percentuais em função da seguinte escala qualitativa.

Tabela 6 - Classificação do Valor Patrimonial – Escala Qualitativa

Valor Percentual	Valor Patrimonial (Qualitativo)
0-20%	Sem VP
>20%-40%	Reduzido
>40%-60%	Médio
>60%-80%	Elevado
>80%-100%	Muito Elevado

Uma vez identificados, localizados e delimitados os elementos patrimoniais são inseridos em uma base cartográfica georreferenciada, sendo avaliados sob a forma de afetação direta todos os valores patrimoniais situados no interior da área de implantação do projeto e de forma indireta todos os outros que se localizam – total ou parcialmente – num perímetro de 50 metros, medido a partir da área de incidência direta do projeto.

No que concerne à caracterização de impactes, importa sobremaneira referir que se considera Impacte toda a ação de alteração do meio dentro ou na envolvente de uma área de delimitação adequada de uma determinada entidade patrimonial (AMADO REINO *et al* 2002; APA 2009:51-57; BRANCO 2014). Neste sentido, foram tidos como base os seguintes critérios de avaliação:

- Extensão (Total/Ampla/Parcial/Pontual/Nulo);
- Magnitude (Total/Ampla/Parcial/Pontual/Nulo);
- Reversibilidade (Reversível/Irreversível);
- Probabilidade de Ocorrência (Certo/Muito Provável/Possível/Pouco Provável).

Extensão - define a superfície afetada pelo impacte em relação à superfície estimada para a entidade patrimonial e sua

envolvente;

Magnitude - indica a relação proporcional entre o tipo de ação e a entidade patrimonial em si, já que as consequências de uma mesma ação não têm que ser iguais para diferentes tipos de sítios;

Reversibilidade - indica a duração do impacte e a possibilidade de reverter os efeitos negativos previstos, restituindo à ocorrência patrimonial a sua situação prévia ao desenvolvimento da ação. Considera-se o impacte reversível quando as medidas de minimização permitem a salvaguarda absoluta da integridade do bem, e da sua envolvente ambiental, e irreversível quando a natureza do impacte torna impossível a sua preservação;

Probabilidade de Ocorrência - consiste na certeza de que uma determinada ação produzirá um impacte sobre o ponto estudado.

A conjugação de todos os critérios de avaliação de impacte seguiu o seguinte modelo de Matriz de Impactes:

Tabela 7 – Matriz de Impactes

CRITÉRIO	VALOR DO CRITÉRIO				
Extensão	Nulo (0)	Pontual (1)	Parcial (2)	Ampla (4)	Total (8)
Magnitude	Nulo (0)	Pontual (1)	Parcial (2)	Ampla (4)	Total (8)
Reversibilidade	Nulo (0)	-	Reversível (2)	Irreversível (4)	-
Probabilidade de Ocorrência	Nulo (0)	Reduzido (2)	Médio (4)	Elevado (8)	Muito Elevado (16)
Valor Patrimonial	Nulo (0)	Reduzido (1-2)	Médio (3-4)	Elevado (5-6)	Muito Elevado (7-8)
Incremento	0	7	13	29	49
Impacte	Não Afeta	Compatível	Moderado	Severo	Crítico

2. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

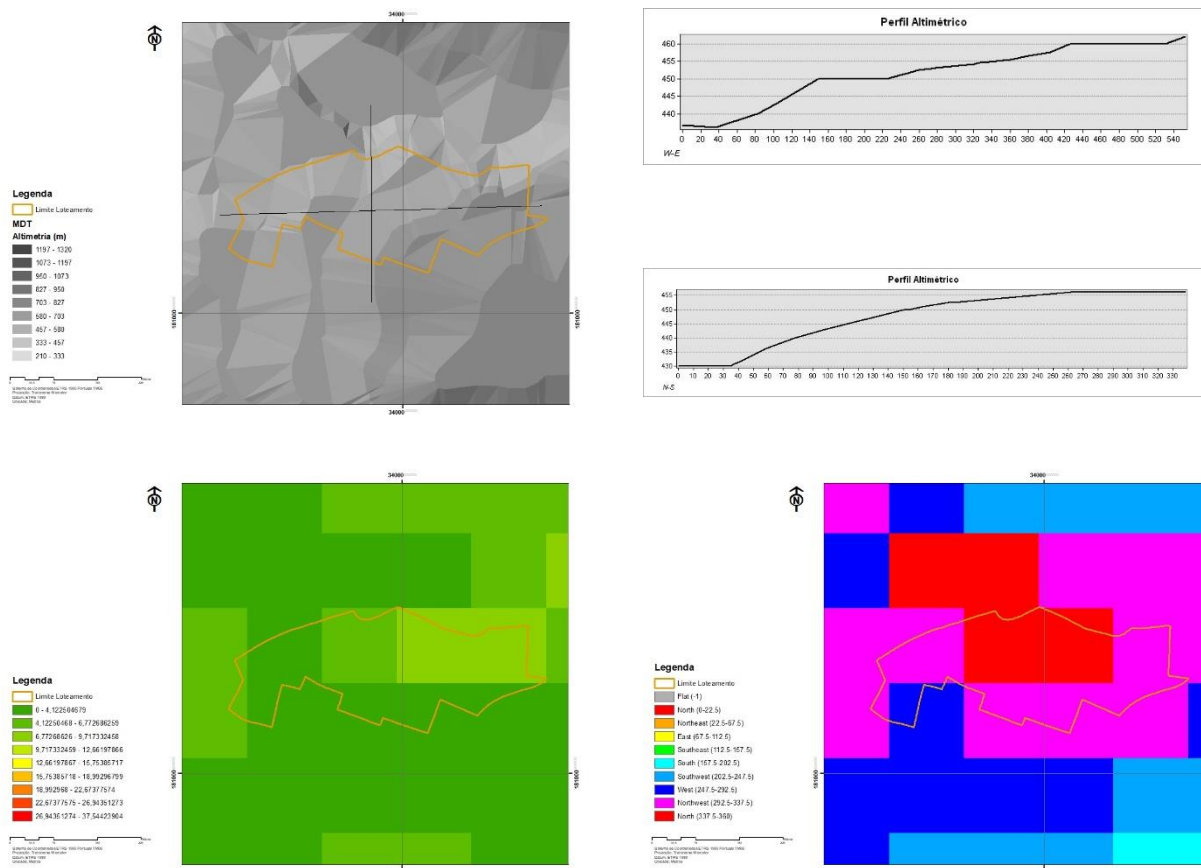
2.1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Do ponto de vista altimétrico, a área de estudo situa-se numa zona de baixa amplitude, apresentando uma variação altimétrica de aproximadamente 20m (cota máxima de cerca de 467 m e mínima de 433 m). Assinalando-se uma certa tendência na redução das cotas de este para oeste, em direção ao Rio Corgo. A norte do loteamento há uma maior quebra altimétrica que está relacionada com a Ribeira da Levandeira, que forma uma pequena bacia com aproveitamento agrícola.

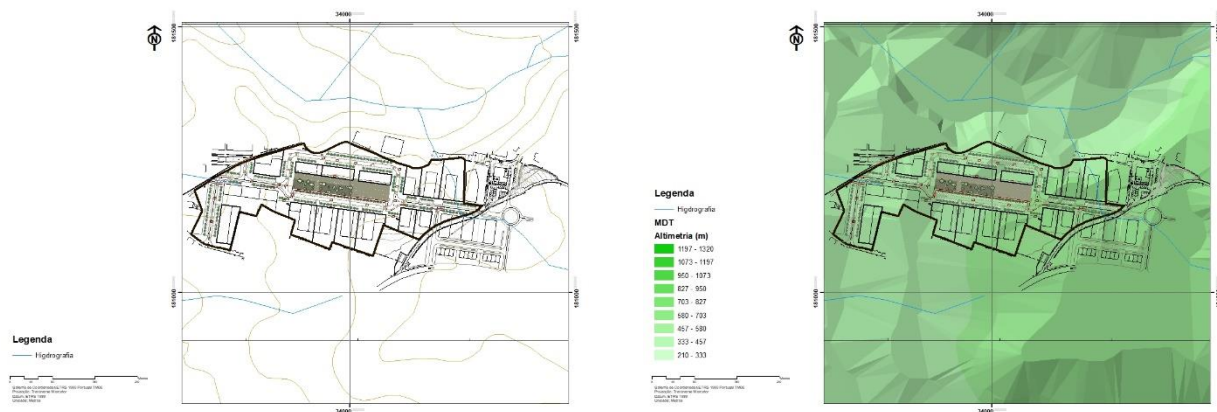
De acordo com a cartografia geológica editada pelos Serviços Geológicos de Portugal, na zona em estudo afloram metassedimentos do paleozoico conhecidos por Grupo do Douro ou de uma forma mais generalista por Complexo Xisto-grauváquico, que aflora desde a fronteira com Espanha até às regiões de Vila Real, Peso da Régua e Valongo, em numerosas manchas, em especial nas zonas centrais de sinclínios ou sinclinais. A denominação de Grupo do Douro para esta grande sequência foi devida a SOUSA (1982), o qual a subdividiu pelas formações de Bateiras, Ervedosa do

Douro, Rio Pinhão, Pinhão, Desejosa e São Domingos, no sentido da base para o topo. O traçado em estudo interessa a formação do Pinhão (NCPI) e da Desejosa (CDE).

A Formação do Pinhão (NCPI) é predominante na região em estudo e caracteriza-se pela alternância de leitos pelíticos (filitos e quartzo-filitos cloríticos esverdeados) e psamíticos (metagrauvaques e mataquartzovaques). Níveis de filitos cloríticos mais esverdeados com magnetite e pirite ocorrem com frequência. No conjunto sequencial, bastante homogêneo, podem ocorrer algumas intercalações de bancadas de metagrauvaques mais espessas (50 a 70 cm), por vezes em conjuntos de 2 a 3 metros. A passagem à unidade seguinte (Formação da Desejosa) é gradual, mas rápida, e é definida quando a sucessão do Pinhão dá lugar a uma sequência predominantemente pelítica de cor escura, onde se intercalam leitos psamíticos milimétricos a centimétricos esbranquiçados, que lhe confere um aspeto listrado e de marcada monotonia.



Caracterização geográfica da Área de Estudo para a “Loteamento Mateus Poente” – perfis altimétricos; carta de declives e de orientação de encostas



Caracterização Área de Estudo para a “Loteamento Mateus Poente”

Em termos de fácies de metamorfismo, as associações paragenéticas presentes nos metassedimentos enquadram-se na subfácies albite-clorite-biotite da fácies dos xistos verdes.

Apesar de na região predominar uma formação de substrato metamórfica, no extrato da carta geológica de Portugal são observadas manchas de tons rosa a circunscrever as formações xistosas. Na proximidade com os granitos, o metamorfismo de contacto expressa-se geralmente por uma zona interna de corneanas constituindo a zona da andaluzite-silimanite-cordierite, e uma zona externa de micaxistos de aspeto mosqueado, correspondente à zona da biotite.

Os granitos aflorantes na zona de Vila Real são de duas micas e sintectónicos relativamente a D3. O granito γ^m é moscovítico com rara biotite, de grão médio, com esparsos fenocristais e turmalina, conhecido na região por “Granito de Lamares”. Mais afastado da região em estudo, mas ainda a circunscrever os metassedimentos, aflora o “Granito de Regais”, de duas micas, que pode conter fácies moscovíticas.

O local do projeto situa-se nas imediações do Rio do Corgo, localizado a poente do projeto. Sendo a área em estudo percorrida, de acordo com a carta militar, por uma linha de água, tributária da ribeira da Levandeira, que no local não foi identificada

2.2 ANÁLISE TOPONÍMICA

A abordagem metodológica contemplou, igualmente, a análise toponímica localizada no interior e na periferia da área do projeto. Através do levantamento toponímico é possível a identificação de designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga e/ou sugerir tradições lendárias. Porém, na área em estudo, identificaram-se maioritariamente topónimos associados com a utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais.

De acordo com a Cartografia Militar Portuguesa (CMP), à escala 1:25000, foram analisados os seguintes topónimos:

Tabela 8 – Toponímia identificada no interior e nas imediações da AI

DESIGNAÇÃO	INTERPRETAÇÃO	REF.
Bairro da Nossa Senhora dos Prazeres	Hagiotopónimo. Nome divulgado por influência eclesíástica, sendo «um dos epítetos de Nossa Senhora» (MACHADO 2003:1210). Com efeito nas Memórias Paroquiais de 1758 o padre da freguesia de Mateus refere que "a esta capela acode muito gente de romagem em dia da mesma Senhora por estar nesse dia exposto o corpo de São Marcos mártir, irmão de S. Marcelino e além deste dia em todo o ano sempre concorre gente ainda que com menor frequência".	PDM VR
Casal de Mato	Top. frequente composto pelo substantivo masculino «casal»(MACHADO 2003:365) e pelo substantivo masculino «mato» (MACHADO 2003:962)	PDM VR
Mateus	Hagiotopónimo. «Do grego Mtthaios, pelo latim Matthaëus, ao lado de Mattheus, aquele está relacionado com o hebraico Mattathiah "dom de deus"» (MACHADO 2003:962-963)	PDM VR
Meada	Top. frequente derivado do substantivo feminino «meada»(MACHADO 2003:966)	PDM VR
Quinta Redonda	Top. frequente composto pelo substantivo feminino «Quinta»(MACHADO 2003:1227) e pelo adjetivo «redondo»	PDM VR
Regados	Top. frequente derivado do plural substantivo masculino «regado»(MACHADO 2003:1248)	PDM VR

2.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA/DOCUMENTAL

A pertinência desta pesquisa não se esvazia de sentido, na medida que possibilita um enquadramento histórico/geográfico mais abrangente, indiciando através de critérios de proximidade geográfica as potencialidades arqueológicas da região em estudo (BRANCO 2009:93-109).

Os primeiros trabalhos de cariz arqueológico realizados no município de Vila Real, reportam-nos a finais do século XIX, através dos estudos publicados pelo Abade Manuel de Azevedo e por Henrique Botelho no Arqueólogo Português. Sendo igualmente de salientar os trabalhos efetuados por alguns investigadores dentre os quais é justo salientar o Padre Luís Parente e o Dr. Carlos Ervedosa.

No que concerne especificamente aos instrumentos de inventário patrimonial refira-se a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Real da autoria de Carlos Ervedosa (1991), bem como a recensão realizada no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal (VVAA 2009).

Em jeito de síntese, poder-se-á referir que a presente área de estudo denota uma ocupação humana enquadrável seguramente entre finais da Idade Média e a atualidade.

2.4 PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

A materialização da pesquisa sobre os sítios arqueológicos e outros valores patrimoniais já conhecidos visa uma melhor compreensão das potencialidades da área de estudo. Contextualizando as potencialidades patrimoniais mediante o inventário dos sítios localizados nas áreas mencionadas.

De acordo com a metodologia apresentada, no Município de Vila Real pertencente ao distrito de Vila Real, foram documentados 43 (quarenta e três) elementos patrimoniais classificados.

Tabela 9 - Listagem de Património Classificado e Em Vias de Classificação

	Designação	Regime Protecção*	Freguesia	Afectação	Distância Projecto (m)
	Igreja de São Domingos	MN	Vila Real	Nula	-
	Fragas de Panóias	MN	Constantim e Vale de Nogueiras	Nula	-
	Torre de Quintela	MN	Vila Marim	Nula	-
	Capela de Santa Maria Madalena	IM	São Tomé do Castelo e Justes	Nula	-
	Cruzeiro do Senhor dos Aflitos	IM	Bordela e Lamas de Olo	Nula	-
	Capela do Espírito Santo ou do Bom Jesus do Hospital	IM	Vila Real	Nula	-
1	Palácio de Mateus	MN	Mateus	Nula	790
	Capela de São Brás, compreendendo o túmulo de Teixeira de Macedo	MN	Vila Real	Nula	-
2	Casa das Quartas	IM	Mateus	Nula	653
	Pelourinho de Lordelo	IIP	Lordelo	Nula	-
	Arca tumular românica da Igreja Paroquial de Mouços	IIP	Mouços e Lames	Nula	-
	Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe, incluindo as 2 pedras tumulares, datadas dos séculos XVI e XVII, que se encontram na sua nave	IIP	Mouços e Lames	Nula	-
	Igreja de Constantim	IIP	Constantim e Vale de Nogueiras	Nula	-
	Igreja de Mondrões	IIP	Mondrões	Nula	-
	Marcos graníticos n.º 56 e 57	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 58	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 59	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 60	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 61	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 62	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 63	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 64	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 65	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 66	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 67	IIP	Folhadela	Nula	-
	Marco granítico n.º 68	IIP	Nogueira e Ermida	Nula	-
	Marco granítico n.º 69	IIP	Nogueira e Ermida	Nula	-
	Marco granítico n.º 70	IIP	Nogueira e Ermida	Nula	-
	Marco granítico n.º 73	IIP	Guiães	Nula	-
	Marco granítico n.º 74	IIP	Guiães	Nula	-
	Marco granítico n.º 75	IIP	Guiães	Nula	-
	Marco granítico n.º 76	IIP	Guiães	Nula	-
	Marco granítico n.º 77	IIP	Guiães	Nula	-

Marco granítico n.º 78	IIP	Guiães	Nula	-
Marco granítico n.º 79	IIP	Guiães	Nula	-
Pelourinho de Vila Real	IIP	Vila Real	Nula	-
Capela de Arroios	IIP	Arroios	Nula	-
Ponte de Piscais	IIP	Mouços e Lames	Nula	-
Casa de Diogo Cão	IIP	Vila Real	Nula	-
Pelourinho de Galegos	IIP	Constantim e Vale de Nogueiras	Nula	-
Capela de Nossa Senhora do Loreto	IIP	Guiães	Nula	-
Igreja de Santa Marinha	MIP	Vila Marim	Nula	-
Igreja de São Paulo	IIP	Vila Real	Nula	-

***Regime de Protecção:** MN – Monumento Nacional; IIP – Imóvel de Interesse Público; IIM – Imóvel de Interesse Municipal; SIP – Sítio de Interesse Público; .EVC – Em Vias de Classificação; ZEP – Zona Especial de Protecção.

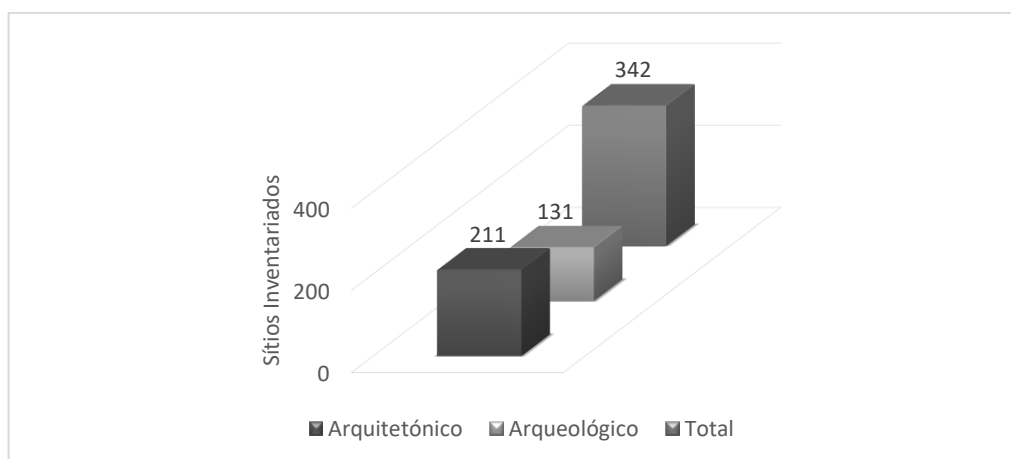
Dos elementos patrimoniais classificados nenhum se localiza na área objeto de estudo, situando-se a uma distância considerável do projeto, superior a 500 metros, pelo que não é previsível a sua afetação.

2.5 PATRIMÓNIO INVENTARIADO

Com base nos levantamentos patrimoniais consultados nomeadamente, o PDM do Município de Vila Real e nas bases de dados disponibilizadas pelas Entidades de Tutela no domínio da proteção do Património Arquitetónico e Arqueológico, foi considerado um universo de 342 elementos patrimoniais inventariados, sendo 43 imóveis Classificados.

Foram assim considerados para o município objeto deste estudo: 131 elementos patrimoniais de natureza arqueológica, e, 211 elementos patrimoniais de carácter arquitetónico (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Património no Município de Vila Real



Do total de Património Inventariado 56 (cinquenta e seis) elementos patrimoniais estão localizados na atual União de Freguesias de Vila Real e na Freguesia de Mateus. Os valores patrimoniais identificados correspondem, a 50 elementos patrimoniais de carácter arquitetónico e 6 de natureza arqueológica (Tabela 10).

Tabela 10 - Listagem de Património Inventariado na atual União de Freguesias de Vila Real e Freguesia de Mateus

Designação	Código Sítio	Distância projeto (m)	Área Incidência
Botelhas	CNS 6487	-	-
Vila Real	CNS 20002	-	-
Conservatório Regional Música	CNS 30092	-	-
Escola Secundária Camilo Castelo Branco	CNS 14290	-	-
Vila Velha	CNS 17850	-	-
Arquivo Distrital de Vila Real	IPA.00009068	-	-
Asilo da Infância desvalida de Vila Real	IPA.00009213	-	-
Capela da Colegiada de Santa Ana	IPA.00004147	-	-
Casa da Capela da Santa Casa da Misericórdia	IPA.00008845	-	-
Capela de Santo António da Carreira	IPA.00014012	-	-
Capela de São Lázaro	IPA.00001994	-	-
Capela do Calvário	IPA.00012276	-	-
Casa agrícola da Levada	IPA.00007313	-	-
Casa da Calçada	IPA.00014011	-	-
Casa da Porta da Vila	IPA.00024822	-	-
Casa da Timpeira	IPA.00010022	-	-
Casa do Arco	IPA.00024985	-	-
Casa dos Brocas	IPA.00024823	-	-
Casa na Avenida Carvalho Araújo	IPA.00024876	-	-
Casa na Avenida Carvalho Araújo n.º 2	IPA.00024878	-	-
Casa na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 14 a 16	IPA.00024844	-	-
Casa na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 92	IPA.00024877	-	-
Casa na Rua D. Pedro Castro, n.º 34 a 38	IPA.00024883	-	-
Casa na Travessa de S. Domingos, n.º 7 a 15	IPA.00024986	-	-
Casa no Largo de São Pedro, n.º 16 a 26	IPA.00024820	-	-
Casas com adufa na Rua da Misericórdia, n.º 32 a 36 e 38	IPA.00024885	-	-
Casas no Largo de Freitas	IPA.00024888	-	-
Casas quinhentistas na Avenida Carvalho Araújo, n.º 21 a 27	IPA.00030032	-	-
Central do Biel	IPA.00035680	-	-
Convento de São Domingos	IPA.00001116	-	-
Convento de São Francisco	IPA.00019861	-	-
Cruzeiro do Senhor do Bom Caminho	IPA.00008848	-	-
Cruzeiro do Senhor dos Desamparados	IPA.00012905	-	-
Cruzeiro na Rua da Guia	IPA.00005745	-	-
Edifício da Galerias Novabila	IPA.00024987	-	-
Fonte da Rua da Fonte Nova	IPA.00008846	-	-
Fonte de Ferro na Avenida Carvalho Araújo	IPA.00024879	-	-
Fonte de Nossa Senhora da Conceição	IPA.00008847	-	-
Fonte do Senhor da Boa Hora	IPA.00012907	-	-
Fonte na Rua A Voz de Trás-os-Montes	IPA.00024881	-	-
Hospital da Divina Providência	IPA.00012906	-	-
Igreja Paroquial da Nossa Senhora da Conceição	IPA.00033974	-	-
Igreja Paroquial de São Dinis	IPA.00014069	-	-

	Igreja Paroquial de São Pedro	IPA.00011836	-	-
	Paço Episcopal de Vila Real	IPA.00009572	-	-
	Palácio do Conde de Amarante	IPA.00009212	-	-
	Palácio dos Marqueses de Vila Real	IPA.00024875	-	-
	Ponte de Machados	IPA.00005731	-	-
	Ponte de Santa Margarida	IPA.00005756	-	-
	Ponte Metálica rodoviária de Vila Real	IPA.00012904	-	-
6	Cruzeiro dos Centenários de Mateus	IPA.00003659	950	-
5	Escola Primária de Mateus	IPA.00009207	610	-
7	Fonte em Mateus	IPA.00012908	930	-
3	Igreja Paroquial de São Martinho de Tours	IPA.00024062	605	-
4	Casa de S. Martinho	PU VR – n.º75	480	-
8	Mateus	CNS 6608	785	-

No que concerne ao Projeto de Loteamento Mateus Poente refira-se que nenhum dos elementos patrimoniais inventariados se localiza no interior da Área de Incidência Direta do projeto.

Contudo, saliente-se que na elaboração do presente estudo, o Descritor procedeu à realocização de 3 (três) elementos patrimoniais (*vide* Anexo | Cartografia da Situação de Referência).

Tabela 11 - Listagem de Património Inventariado objeto de análise pelo Descritor

	Designação	Código Sítio	Tipologia	Projeto	Distância projeto (m)	Área de Incidência
1	Palácio de Mateus	IPA.00007313	Arquitetura Civil	AE	790	Nula
3	Igreja Paroquial de São Martinho de Tours	IPA.00024062	Igreja	AE	605	Nula
8	Mateus	CNS 6608	Achado Isolado	AE	785	Nula

LEGENDA: AE – ÁREA DE ESTUDO – LOTEAMENTO MATEUS POENTE; MP – MATEUS POENTE

2.6 DETEÇÃO REMOTA E FOTOINTERPRETAÇÃO

A Detecção Remota (DR) consiste em um processo para a aquisição da informação, através de sensores remotos, sobre fenómenos ou objetos que ocorrem na superfície da terra. Sendo estas informações conseguidas através de um sensor de radiação eletromagnético colocado acima desta superfície (ENCARNAÇÃO, s.d; MENESES et al 2012; RICHARDS e JIA 1999). No que se refere à sua aplicabilidade em Arqueologia, a DR é utilizada para visualizar, assinalar e identificar vestígios arqueológicos e/ou patrimoniais de modo não intrusivo (CÂMARA et al 2017), recorrendo-se à manipulação e observação de imagens aéreas adquiridas por Satélite, naves tripuladas e não tripuladas - VANTS, mas também por outros métodos como a magnetometria e a resistividade (ENCARNAÇÃO, s.d).

Em relação aos elementos patrimoniais refira-se que os sítios são reconhecidos na fotografia aérea por quatro formas:

- Construções positivas;
- Terraplanagens;
- Marcas no solo, e;
- Marcas de plantação.

Por último, saliente-se que as informações obtidas a partir da observação e análise, carecem de trabalhos de campo que permitam comparar os dados obtidos com a realidade.

No âmbito do presente estudo, o Descritor de Património recorreu à consulta de imagens aéreas da plataforma Google Earth®, ortofotos obtidas por voos aerofotogramétricos entre 1995 e 2018 (Direção Geral do Território).

No que concerne à informação obtida pela plataforma Google Earth®, os trabalhos consistiram na observação dos vários levantamentos realizados, entre 2007 e 2024, no sentido de assinalar e monitorizar vestígios e/ou estruturas ocultas pela vegetação e que, num determinado período de tempo, ficaram a descoberto em resultado de incêndios, ações de reflorestação, pressão urbana, etc.



(2007)



(2010)



(2014)



(2018)

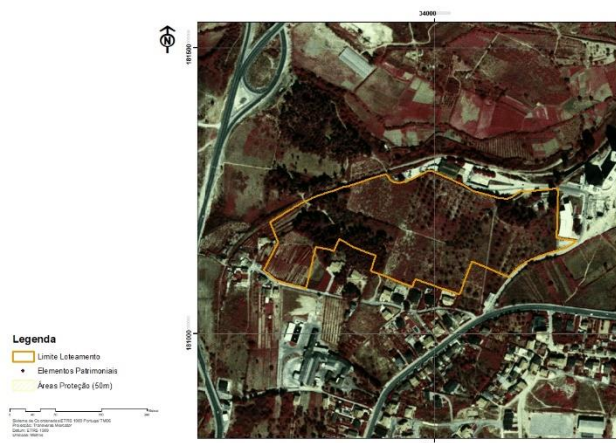


(2020)

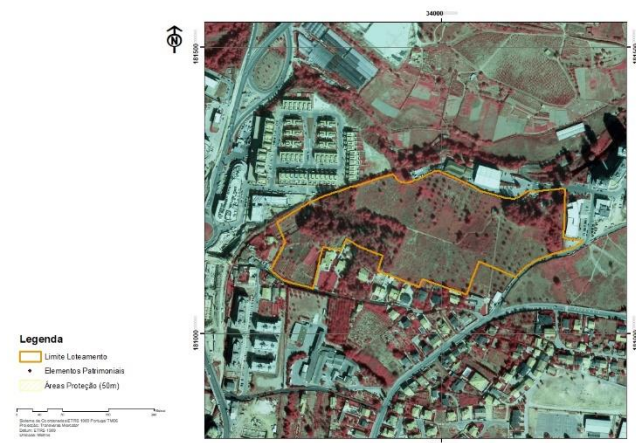


(2024)

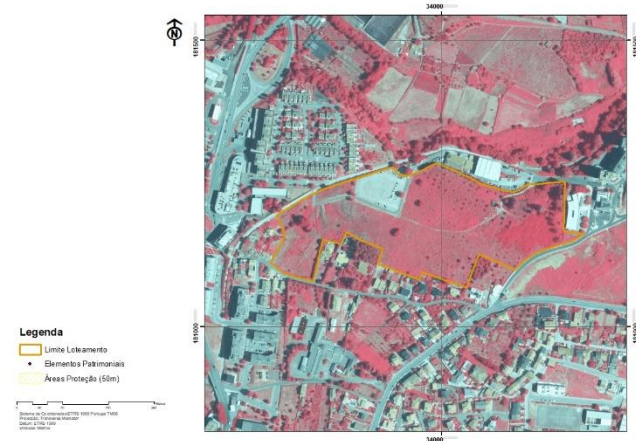
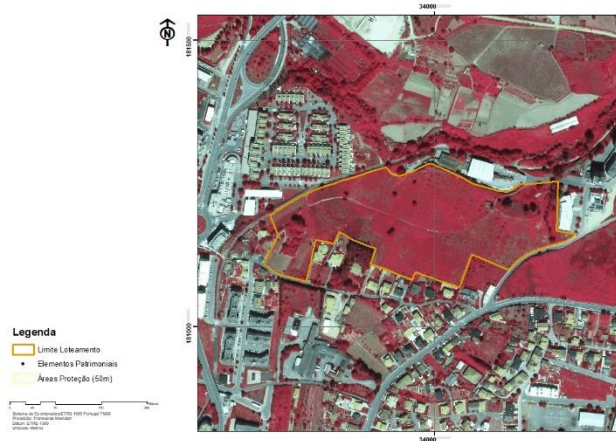
Já a análise de dados aerofotogramétricos com informação Infravermelho Próximo (NIR), os objetivos delineados tiveram por princípio não só a reavaliação dos dados anteriores, mas também a observação e análise de eventuais anomalias na vegetação, muitas vezes associadas a vestígios arqueológicos ocultos no solo. Concomitantemente foram também considerados pela DR as referências bibliográficas e elementos patrimoniais reconhecidos na Área de Estudo, de modo a verificar o comportamento da vegetação existente e sua evolução ao longo da baliza cronológica disponível, entre 1995-2006.



(1995)



(2004-06)



O cruzamento dos dados obtidos entre a observação de imagens satélite e a análise cartográfica permitiu o caracterizar a evolução urbana verificada entre 2006-2024. Salientando-se a observação, na área projeto, de várias ações relacionadas com atividades de desmatamento. Não tendo sido observado quaisquer vestígios que indiciem potencial arqueológico.

2.7 INDÍCIOS E ÁREAS DE POTENCIAL ARQUEOLÓGICO

Definem-se como Índícios de interesse ou Áreas de Potencial arqueológico os locais que sugerem a possível existência de uma ocupação antiga, através da identificação superficial de vestígios materiais e/ou plasmados nas referências documentais, e que não foram confirmados no decurso do trabalho de campo (BRANCO 2014).

A conjugação dos vários elementos coligidos no decurso da elaboração da presente Situação de Referência – pesquisa documental/bibliográfica, elementos patrimoniais documentados na envolvente e interior da área de implementação do presente projeto, etc. – levam o Descritor de Património a considerar que a área de implementação do projeto possui um potencial arqueológico de valor **Reduzido a Médio**.

O potencial atribuído relaciona-se com uma ocupação moderna da paisagem, dada a elevada presença de vestígios enquadráveis nesse período, ainda que não se descure a possibilidade de surgirem outros vestígios de outras cronologias.

2.8 AÇÕES DE PROSPEÇÃO ARQUEOLÓGICA

Na área de implantação de projeto, bem como, em um perímetro exterior, de 200 metros, procedeu-se à realização de trabalhos de prospeção arqueológica.

Os trabalhos de prospeção arqueológica não permitiram uma total aferição dos impactes no solo. Sendo a área classificada em termos de visibilidade, por solos de tipo “Visibilidade Mista” (*vide* Anexo | Caracterização da Visibilidade de Solos).

2.9 PATRIMÓNIO NÃO INVENTARIADO

Consideram-se elementos patrimoniais não classificados todos os vestígios de interesse patrimonial não inventariados nas bases de dados das Entidades de Tutela no domínio da proteção do Património Arquitetónico e Arqueológico e/ou nas listagens enquadradas em PDM. Neste sentido, entendem-se por elementos patrimoniais Não Classificados, todos os vestígios identificados no decurso dos trabalhos de campo, passíveis de valor patrimonial e eventuais indícios de interesse arqueológico.

Refira-se que foi identificado no decurso dos trabalhos de prospeção arqueológica seletiva um (1) elemento patrimonial

Não Classificado localizado sobre a Área de Estudo do projeto.

Tabela 12 - Listagem de Patrimônio Não Classificado objeto de análise pelo Descritor

Designação	Código Sítio	Tipologia	Projeto	Distância projeto (m)	Área de Incidência
9 Estrutura de Apoio Agrícola	-	Edificado	MP	0	Direta

LEGENDA: AE - ÁREA DE ESTUDO - LOTEAMENTO MATEUS POENTE; MP - MATEUS POENTE

Paralelamente, definem-se como indícios de interesse arqueológico os locais que sugerem a possível existência de uma ocupação antiga, através da identificação superficial de vestígios materiais e/ou plasmados nas referências documentais, as quais não foram confirmadas no decurso do trabalho de campo (BRANCO 2014).

De acordo com o Descritor de Patrimônio, saliente-se que não se identificaram quaisquer indícios de potencial arqueológico localizados na Área de Estudo do projeto.

2.10 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA DO PONTO DE VISTA PATRIMONIAL

A avaliação sumária dos elementos patrimoniais documentados na Situação de Referência, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial, seguiu os critérios que consideramos preponderantes, sendo analisados comparativamente e com base nas diferentes escalas espaciais e tipologias (AMADO REINO *et al* 2002; BARREIRO MARTÍNEZ 2000; REAL & BRANCO 2009: 15-19; APA 2009:51-57).

A conjugação dos critérios adotados permitiu-nos a atribuição de um Valor Patrimonial sobre os elementos patrimoniais identificados (Tabelas 13 e 14).

Tabela 13 - Síntese de Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial										
Descritor	Identificação	Avaliação ⁽¹⁾								
		Importância	Singularidade	Representatividade	Complementaridade	Integridade	Conservação	Vulnerabilidade	Protecção Legal	Reconhecimento Social
1	Palácio de Mateus	ME	U	ME	E	T	A	R	N	R
3	Igreja Paroquial de São Martinho de Tours	E	R	M	M	A	A	R	L	L

9 Estrutura de Apoio Agrícola

R F R R P A E A I 40,98 (M)

(1) **Importância:** Muito Elevada (ME) / Elevada (E) / Média (M) / Reduzida (R) / Nula (N), **Singularidade:** Único (U) / Raro (RA) / Regular (R) / Frequente (F) / Indeterminado (I) / Nula (N), **Representatividade:** Muito Elevada (ME) / Elevada (E) / Média (M) / Reduzida (R) / Indeterminado (I) / Nula (N), **Integridade:** Nulo (N) / Indeterminado (I) / Pontual (PO) / Parcial (P) / Ampla (A) / Total (T), **Complementaridade:** Elevada (E) / Média (M) / Reduzida (R) / Indeterminado (I) / Nula (N), **Estado Conservação:** Inalterado (In) / Alterado (A) / Quase Destruido (Q) / Indeterminado (I) / Destruido (D), **Vulnerabilidade:** Elevada (E) / Média (M) / Reduzida (R) / Nula (N), **Grau de Proteção Legal:** Nacional (N), Regional (R), Local (L), Adjacente (A), **Reconhecimento Social e Científico:** Reconhecido (R) / Local (L) / Indeterminado (I), **Valor Patrimonial:** Muito Elevado (ME) / Elevado (E) / Médio (M) / Reduzido (R).

Tabela 14 - Síntese de Avaliação Patrimonial – Local ou Área de Potencial Arqueológico

Avaliação Patrimonial		Avaliação ⁽¹⁾					
Descritor	Identificação	Dens. Ocupação	Representação	Dens. Material	Antropização	Credibilidade	VALOR POTENCIAL
8	Mateus	C	R	N	E	D	27,77 (R)

(1) **Densidade de Ocupação:** Indeterminado (D), um período cronológico (C), dois períodos cronológicos (B), três ou mais períodos cronológicos (A), **Representação Espacial:** Ampla (A) / Média (M) / Reduzida (R) / Nula (N), **Densidade de Material:** Ampla (A), Frequente (F), Local (L), Nula (N), **Antropização Envolvente:** Muito Elevada (ME), Elevada (E), Média (M), Reduzida (R), Nula (N), **Credibilidade do Registro:** Várias Fontes (A), três fontes (B), duas fontes (C), uma fonte (D), **Valor Potencial:** Muito Elevado (ME), Elevado (E), Médio (M), Reduzido (R).

3. IMPACTES PATRIMONIAIS

Com base na Situação de Referência enunciada, supomos que a execução do presente projeto terá a seguinte afetação sobre os elementos patrimoniais identificados.

Tabela 14 - Localização e Caracterização da Situação de Referência face ao Projeto

Descritor	Designação	Distância (m)	Incidência
1	Palácio de Mateus	790	Nula
3	Igreja Paroquial de São Martinho de Tours	605	Nula
8	Mateus	785	Nula
9	Estrutura de Apoio Agrícola	0	Direta

Os resultados apurados revelam-nos que os elementos patrimoniais localizados na envolvente imediata serão, quando a implementação do atual projeto, sujeitos a impacte de tipo Compatível.

Contudo, no que se refere à Área de Incidência direta do projeto saliente-se a identificação de um elemento patrimonial – 9. Estrutura de Apoio Agrícola – cuja afetação considerada sugere um impacte de tipo Severo.

Finalmente, procurou-se fazer a distinção entre os impactes que poderão ocorrer durante as várias fases do projeto:

3.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

O potencial de afetação sobre a Situação de Referência documentada encontra-se essencialmente presente no decurso

da fase inicial da empreitada de construção, a partir de ações como sejam a instalação do estaleiro, a abertura de caminhos de acesso, a desmatção e circulação de pessoas e maquinaria, a par de ações de revolvimento e remoção de solos (BRANCO 2014:21).

Neste sentido e de acordo com a Síntese Matricial de Impactes, apresentada em anexo, considera-se que a execução do presente projeto poderá ter impactes negativos sobre a Situação de Referência documentada.

Paralelamente recordamos que na Área de Incidência Direta do Projeto, classificada de Potencial Arqueológico Reduzido a Médio, poderão incorrer, eventualmente, impactes significativos sobre elementos patrimoniais ocultos no solo, na medida que não se descarta a possibilidade de surgirem, no âmbito desta fase, vestígios arqueológicos relacionáveis com estruturas e/ou depósitos estratigráficos de interesse patrimonial.

3.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

Aquando esta fase, os impactes provocados pelo projeto já terão recaído sobre o solo da área de incidência direta, em eventuais elementos patrimoniais integráveis no presente projeto, bem como sobre os elementos patrimoniais identificados. Neste sentido poder-se-á considerar a existência dos seguintes impactes negativos a quando esta fase:

- a) Alteração do enquadramento paisagístico;
- b) Eventual perda de acessibilidade aos elementos patrimoniais;
- c) Deterioração pela proximidade das infraestruturas do projeto;
- d) Obras de manutenção que impliquem desmatção e/ou revolvimento de solos.

3.3 FASE DE DESATIVAÇÃO

Neste momento é impossível avaliar de modo preciso os impactes a que os elementos patrimoniais estarão sujeitos aquando a implementação desta fase. Neste sentido, recomendamos que aquando a previsão da remoção das infraestruturas existentes, sejam revistas todas as ações do projeto e a sua relação com os valores patrimoniais documentados.

3.4 POTENCIAIS IMPACTES PATRIMONIAIS CUMULATIVOS DO PROJETO

No que concerne a identificação de potenciais impactes cumulativos do projeto, refira-se que se desconhece a previsão de quaisquer projetos complementares ou subsidiários. Pelo que os impactes considerados pelo atual projeto sobre a Situação de Referência documentada são tidos maioritariamente como Secundários.

4. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Denominam-se por medidas de mitigação, todas as propostas ou disposições de tipo normativo, assim como as intervenções ativas concretas, que se consideram como necessárias para evitar, prever, mitigar, compensar ou restituir os efeitos negativos de um impacto, bem como as possíveis alternativas existentes às condições inicialmente previstas no projeto (BRANCO 2014).

No que concerne ao projeto de Loteamento Mateus Poente apresentam-se algumas medidas de mitigação de impacto patrimonial.

Propõem-se como medidas de mitigação de carácter generalizado – essencialmente cautelar – a realização de **prospecção arqueológica sistemática**, após a desmatação das áreas em que a visibilidade não permitiu a sua realização. Bem como, o **acompanhamento arqueológico** integral de todas as operações que impliquem movimentações de terras, não apenas na fase de construção, mas desde as suas fases preparatórias, como a instalação de estaleiros, abertura de caminhos, de modo a colmatar as lacunas de conhecimento, no que concerne ao eventual aparecimento de vestígios arqueológicos.

Paralelamente, recomenda-se que previamente a qualquer ação com afetação no solo dever-se-á proceder à sinalização de todas as ocorrências patrimoniais, de modo, a evitar quaisquer impactes incorridos sobre o Património e a preservar preferencialmente as ocorrências patrimoniais *in situ*, salvo exceções devidamente fundamentadas pelo Arqueólogo Responsável pelos Trabalhos Arqueológicos junto das Entidades de Tutela.

Tabela 15 – Síntese de Medidas de Minimização de carácter geral

Tipo	Descrição
Preventivo	Sinalização de todas as ocorrências patrimoniais
Preventivo	Prospecção Arqueológica Sistemática
Preventivo	Acompanhamento Arqueológico

4.1 FASE DE CONSTRUÇÃO

Conforme mencionado nos pontos 3.1 e 4, considera-se recomendável que o presente projeto seja objeto de um conjunto de medidas de mitigação de tipo preventivo: Prospecção Arqueológica Sistemática; Sinalização prévia de todos os Elementos Patrimoniais, e; Acompanhamento Arqueológico, em todas as operações que envolvam escavação, desaterro e/ou movimentação de terras.

Além das medidas de carácter generalizado, o Descritor recomenda como medidas específica, de carácter Preventivo, a adoptar no Elemento Patrimonial suscetível de impacto **Severo**– cf. Anexo|| Sínteses Matriciais de Medidas de Mitigação – o levantamento fotográfico, registo gráfico e memória descritiva.

4.2 FASE DE EXPLORAÇÃO

No que concerne a presente fase e na eventualidade de virem a ser identificadas quaisquer ocorrências patrimoniais no decurso da fase anterior, considera-se a adoção de medidas de minimização relacionáveis com a vertente patrimonial:

- a) Monitorização e conservação da Situação de Referência documentada na área de incidência direta do projeto e de eventuais vestígios identificados em fase de execução;
- b) Dar cumprimento à legislação em matéria de património.

4.3 FASE DE DESATIVAÇÃO

Não se anteveem quaisquer medidas de mitigação aquando a fase de desativação do projeto. Contudo, dever-se-á rever todo o projeto a fim de avaliar que as ações inerentes a esta fase não incidam sobre qualquer valor patrimonial identificado.

5. PLANO DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização dos trabalhos relacionados com a operação de Loteamento Mateus Poente assumirá, em fase de execução, a forma de Acompanhamento Arqueológico de todas as obras que impliquem remoção de solos ou alteração da topografia original do terreno. No caso de serem detetados vestígios arqueológicos preservados no subsolo, deverá proceder-se à monitorização patrimonial dos trabalhos de escavação, sempre que estes afetem segmentos do solo, relativamente extensos, que estejam intactos. Deste modo, propõe-se a realização de acompanhamento arqueológico da desmatação e subsequente decapagem dos depósitos que cobrem o substrato geológico, sítios no interior do presente projeto.

De igual modo, recomenda-se que nesta fase, seja implementada a medida específica relativa ao EP 09 – Estrutura de Apoio Agrícola, a fim de garantir-se o registo exaustivo do Elemento Patrimonial que estará, de acordo com o atual projeto, sujeito a demolição integral.

Por conseguinte, na fase de exploração do projeto recomenda-se a monitorização patrimonial da Situação de Referência documentada e de eventuais elementos patrimoniais que venham a ser identificados em fase de obra e salvaguardados por intermédio da preservação *in situ*.

5.1 METODOLOGIA

O Acompanhamento Arqueológico deverá comportar a seguinte metodologia:

- A realização de prospeção (extensiva, intensiva, seletiva e de cobertura total) sobre a área afetada pelo projeto. A inspeção de todos os terrenos escavados, bem como dos cortes estratigráficos que fiquem a descoberto.

- O acompanhamento arqueológico terá por objetivo a observação dos trabalhos de escavação, no sentido de registar:
 - Estratigrafia (carácter natural e/ou antrópica);
 - Ocorrência de materiais e/ ou estruturas arqueológicas.
- Assegurar que os elementos patrimoniais assinalados na cartografia de Situação de Referência e seus perímetros de proteção são respeitados por parte da Entidade Executante aquando as fases de implementação e execução do presente projeto.
- Assegurar que as medidas de carácter específico recomendadas no presente estudo sejam respeitadas por parte da Entidade Executante.

Na eventualidade de serem identificados vestígios arqueológicos, dever-se-á proceder a uma interrupção pontual da obra, a fim de dar comunicação imediata à DGPC para avaliação das medidas subsequentes, conforme o estabelecido e mediante a legislação patrimonial em vigor, e, de analisar e registar os contextos aparecidos.

Caso venham a existir várias frentes de obra e/ou no auxílio ao registo arqueológico, poderá ser necessário o reforço temporário da equipa de acompanhamento, propondo-se um ou vários Arqueólogo(s) e/ou Assistente(s) de Arqueologia.

No que concerne as técnicas e métodos de análise ou registo de dados propomos que a estratigrafia seja registada com recurso a registo fotográfico e gráfico, à escala 1:20 ou outra que se justifique, devendo ser descrita, analisada e esquematizada em matriz de Harris ou similar. Por fim, as estruturas e/ou materiais arqueológicos, a ocorrerem, deverão ser alvo de registo gráfico e fotográfico.

Em relação à Monitorização Patrimonial a implementar em fase de exploração. Entende-se por «monitorização» o processo de observação e recolha sistemática de dados sobre:

- o estado de conservação dos elementos patrimoniais;
- os efeitos provocados por determinado projeto, e;
- a descrição periódica desses efeitos por meio de relatórios.

A metodologia a adotar terá assim por base a caracterização e avaliação da Situação de Referência documentada e eventuais elementos patrimoniais que venham a ser identificados em fase de obra, quanto aos efeitos a médio/longo prazo provocados pela implementação do projeto. Para o efeito propõe-se a realização de visitas pontuais de forma a monitorizar os sítios identificados e redigir para o efeito relatórios sujeitos a aprovação pela Entidade de Tutela.

5.2 PERIODICIDADE

Em fase de execução, o Acompanhamento Arqueológico deverá ser permanente, no momento de afetação direta da superfície vegetal e de remoção/movimentação de solos e, periódica, a partir do momento em que vise a monitorização e avaliação do estado de conservação de eventuais elementos patrimoniais, que venham a ser identificados em fase de obra.

Salvo o aparecimento de alguma ocorrência patrimonial, a qual prevê a entrega imediata de relatório ou comunicação escrita com avaliação preliminar, prevê-se apenas a produção de um relatório final, com entrega à DGPC. e ao Dono de Obra, até 15 (quinze) dias após a conclusão de todos os trabalhos previstos.

No que concerne à eventual revisão do programa de monitorização, no caso da identificação de uma ocorrência patrimonial, esta deverá ser avaliada, a fim de se obter a sua importância e valor, em função dos seguintes critérios: antiguidade, raridade, importância, monumentalidade, potencial de informação científica, potencial de exploração pedagógica ou turística.

Em relação à fase de exploração, recomenda-se a implementação de um plano de monitorização patrimonial periódico, regime anual, que considere a caracterização e avaliação do estado de conservação de eventuais elementos patrimoniais que venham a ser identificados em fase de obra e que sejam integrados no projeto, através de preservação in situ.

6. LACUNAS DE INFORMAÇÃO E/OU CONHECIMENTO

O reconhecimento no campo da área de afetação e a prospeção efetuada não permitiram uma total identificação dos impactos. Na medida que a vegetação em determinadas zonas impede uma visualização clara dos solos, conforme se verifica na carta de visibilidades apresentada em anexo. A maioria dos solos que compõem a área de inserção do projeto, corresponde a Visibilidades de tipo Mista, constituídas por vegetação densa que apenas possibilita a observação generalizada do solo.

Por fim saliente-se que o potencial valor arqueológico atribuído à área de implementação do projeto - **Reduzido a Médio** – foi definido com base na Situação de Referência documentada, pelo que não deverá ser considerada uma área estanque, dado que a imprevisibilidade do aparecimento de vestígios é um critério definidor do património arqueológico (BRANCO 2014).

7. RECOMENDAÇÕES

O projeto de Loteamento Mateus Poente incide, de acordo com a pesquisa documental/bibliográfica realizada sobre uma **Área de Potencial Arqueológico** de valor **Reduzido a Médio**.

Neste sentido e face às ações potencialmente geradoras de impactos sobre eventuais elementos patrimoniais ocultos no solo, considera-se necessário ativar algumas **medidas de mitigação de tipo preventivo** e de carácter geral. Recomendando-se o a realização **prospeção arqueológica sistemática**, de modo a colmatar as lacunas de conhecimento; a **monitorização** de todos os **Elementos Patrimoniais**, em fase de execução da obra, e; o **acompanhamento arqueológico**, de todas as ações de desmatação e operações de remoção de terras, abertura de caminhos ou outras infraestruturas de apoio à execução do presente projeto.

De acordo com a Situação de Referência documentada, foi considerado um total de 4 elementos patrimoniais identificados, sendo que um (1) poderá ser objeto de impacto de tipo Severo; enquanto que os restantes, três, considera o Descritor que serão objeto de um impacto de tipo Compatível.

Por último, e a fim de minimizar os impactos de tipo Severo, o presente Descritor sugere um conjunto de **medidas de carácter específico de tipo preventivo**, tendo por base a salvaguarda dos Elementos Patrimoniais identificados bem como a possível ocorrência, nas áreas suscetíveis, de impacto de possíveis vestígios arqueológicos atualmente ocultos no solo.

8. BIBLIOGRAFIA

Documentação Técnica

AMADO REINO, X.; BARREIRO MARTÍNEZ, D., CRIADO BROADO, F.; MARTÍNEZ LOPEZ, M. C. (2002) Especificaciones para una gestión integral del Impacto desde la Arqueología del Paisaje; Trabajos de Arqueología e Patrimonio (26); Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, Instituto de Investigacións Tecnolóxicas, Universidade de Santiago de Compostela

Associação Profissional de Arqueólogos – APA (2009) Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico; *in Praxis Archaeologica* (4), pp. 51-57

BARREIRO MARTÍNEZ, D. (2000) Evaluación de Impacto Arqueológico; Criterios e Convencións en Arqueoloxia da Paisaxe (14); Laboratorio de Arqueoloxía e Formas Culturais, Universidade de Santiago de Compostela

BRANCO, G. (2014) Contributos metodológicos: identificação, avaliação e mitigação do património arquitectónico e arqueológico; *in Revista Digital de Arqueologia*

BRANCO, G. (2009) O Património Arqueológico no contexto da Avaliação Ambiental Estratégica; *in Praxis Archaeologica* (4), pp. 93-109

REAL, F. & BRANCO, G. (2009) Critérios para Quantificar o Valor do Património Arqueológico; *in Praxis Archaeologica* (4), pp. 15-19

Documentação Consultada

PC, I.P. –Património Cultural, Instituto Público –patrimoniocultural.gov.pt

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte Unidade de Cultura – www.ccdr-n.pt

SIPA–Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – www.monumentos.gov.pt

PDM Vila Real – Câmara Municipal de Vila Real – www.cm-vilareal.pt

Câmara Municipal de Vila Real Plano Diretor Municipal de Vila Real – 1.ª Revisão do PDM de Vila Real (2009)

Alarcão, J. (1974) Portugal Romano, Editorial Verbo, Lisboa.

Alarcão, J. (1988) O domínio romano em Portugal, Lisboa: Europa América.

Almeida, Álvaro D.; Belo, Duarte (2007) Portugal Património: Guia-Inventário; vol. II Vila Real-Bragança; Círculo de Leitores; Lisboa.

Botelho, Henrique (1903) Arqueologia de Trás os Montes; "O Archeologo Português", VIII (10-12), Lisboa.

Capela, José V.; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique (2006) As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758; Braga.

Cosme, Susana (2010) Formas de povoamento, continuidades e rupturas da Idade do Ferro à Época Medieval na região de Vila Real; *in Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*; CITCEM, Porto. pp. 163-178

Ervedosa, Carlos M. (1991) Carta Arqueológica do Concelho de Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Direcção Geral da Qualidade do Ambiente, Vila Real.

Machado, J. P. (2003) Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa; 3.ª Edição, 3 Vols., Livros Horizontes, Lisboa.

Nunes, Susana A. (2003) Monumentos sob tumulus e meio físico no território entre o Corgo e o Tua (Tás-os-Montes): aproximação à questão. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pinho, Luis M. (1993) Breves considerações sobre o santuário romano de Panóias, “Revista de Estudos Transmontanos e Durienses”, n.º 5, Vila Real.

Sousa, Fernando; Gonçalves, Silva (1999) Vila Real no Século XVIII, “Revista de Estudos Transmontanos e Durienses”, n.º 8, Vila Real.

Anexos | Anexos

Quadro de fotos do EIA Loteamento Mateus Poente

(Mateus, Vila Real)

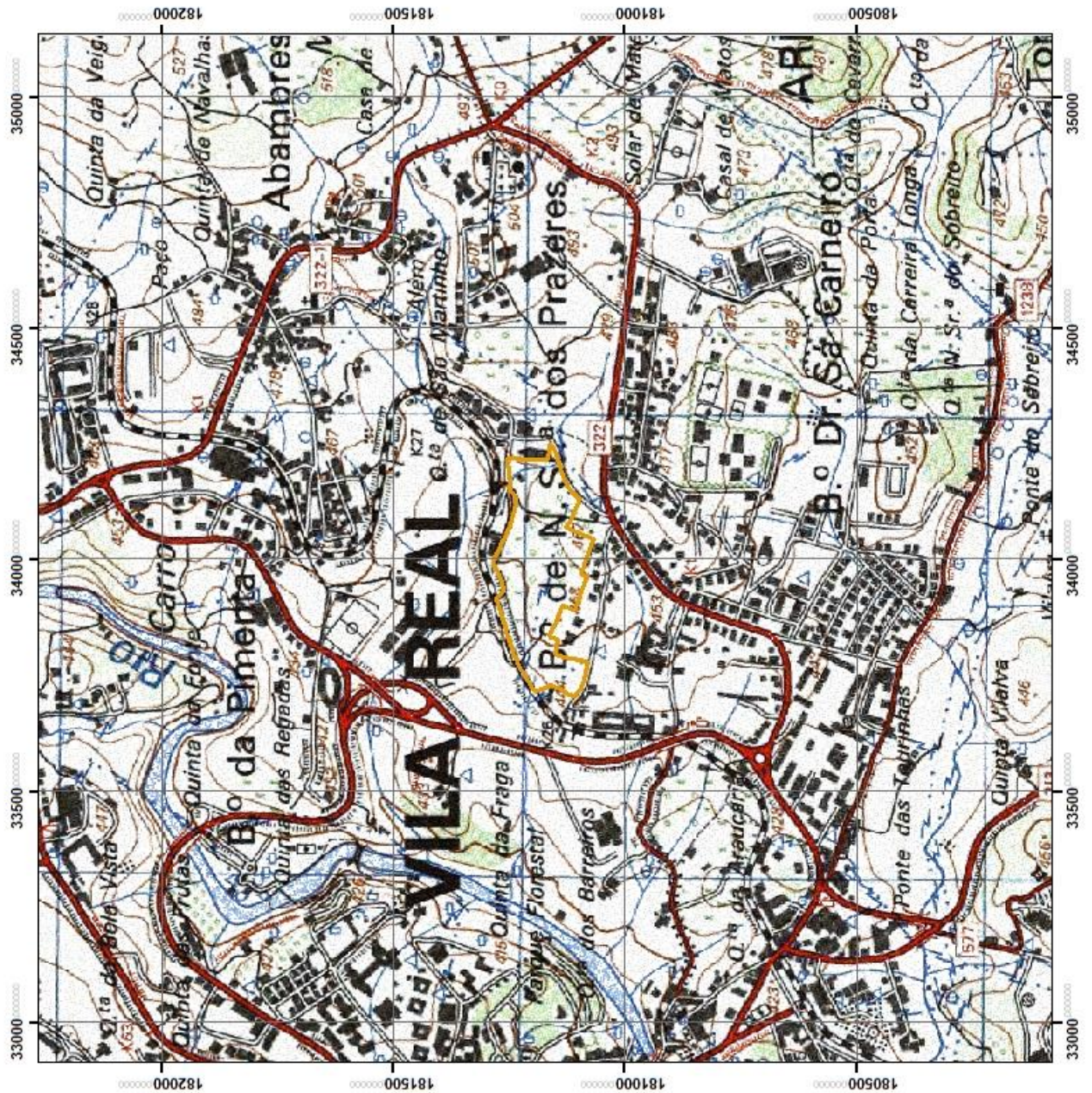
Número Foto	Descrição
01	EP01 – Palácio de Mateus
02	EP03 – Igreja de São Martinho de Tours
03	EP09 – Estrutura de Apoio Agrícola
04	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
05	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
06	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
07	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
08	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
09	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
10	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
11	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
12	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
13	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
14	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
15	Visibilidade do Solo – Visibilidade Má
16	Visibilidade do Solo – Visibilidade Má.
17	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
18	Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.
19	Visibilidade do Solo – Visibilidade Má.

Localização do Projeto

Carta Militar de Portugal (1998) Flh. 102, esc. 1:25 000

Foto aérea do projeto

Planta do Projeto

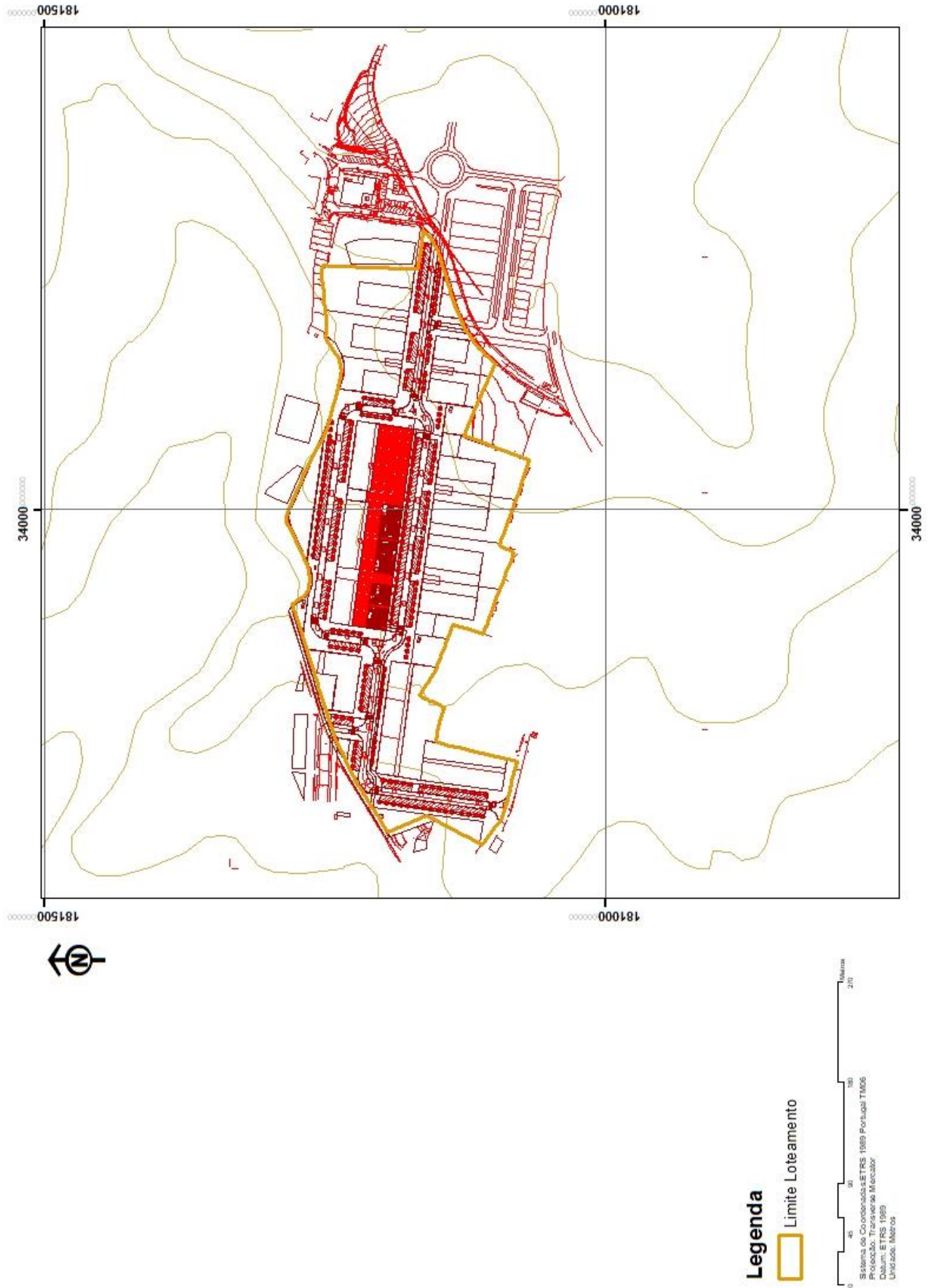


Legenda

 Limite Loteamento

0 100 200 300 400 500 Metros
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06
Projeção Nacional de Mercator
Datum: ETRS 1989
Unidade: Metros





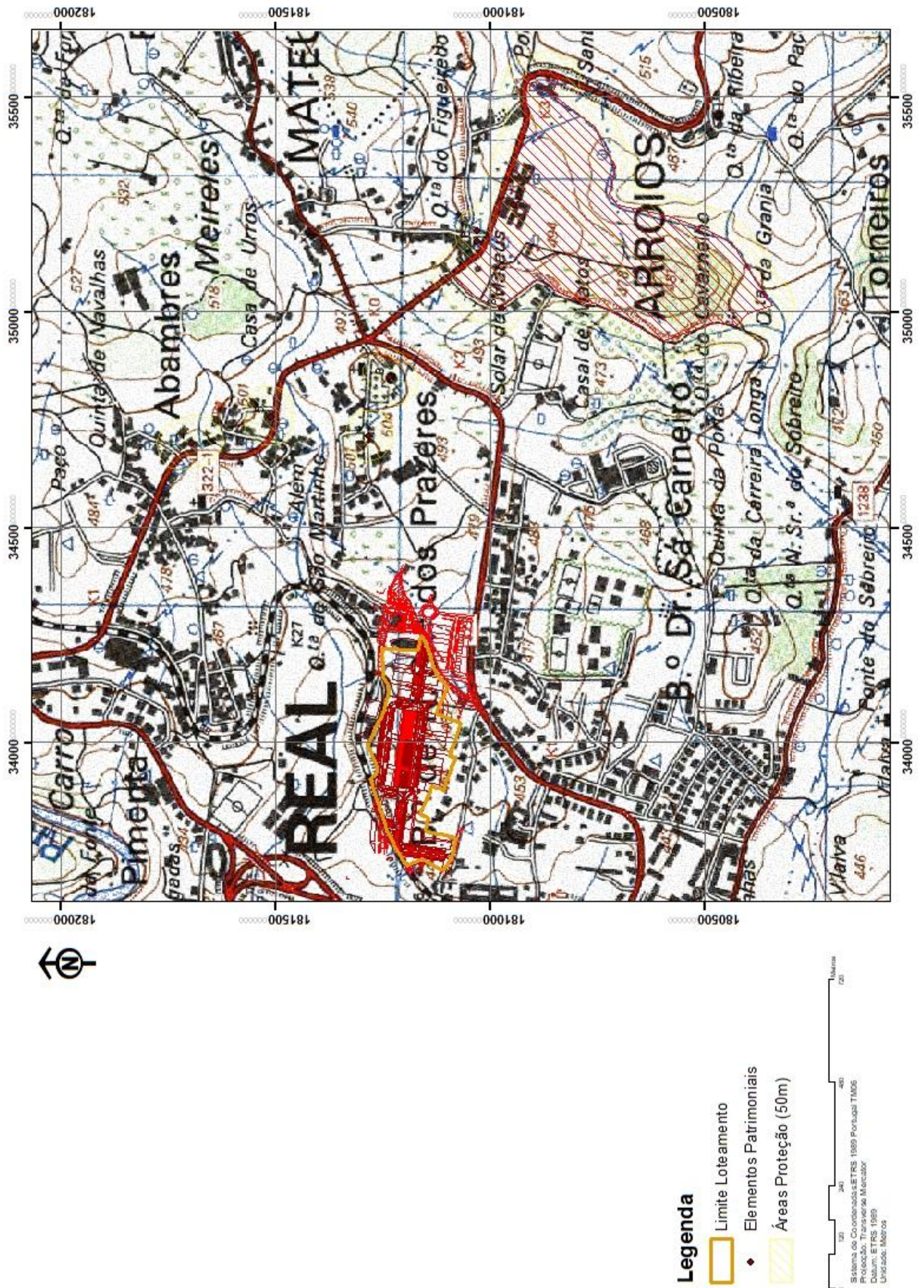


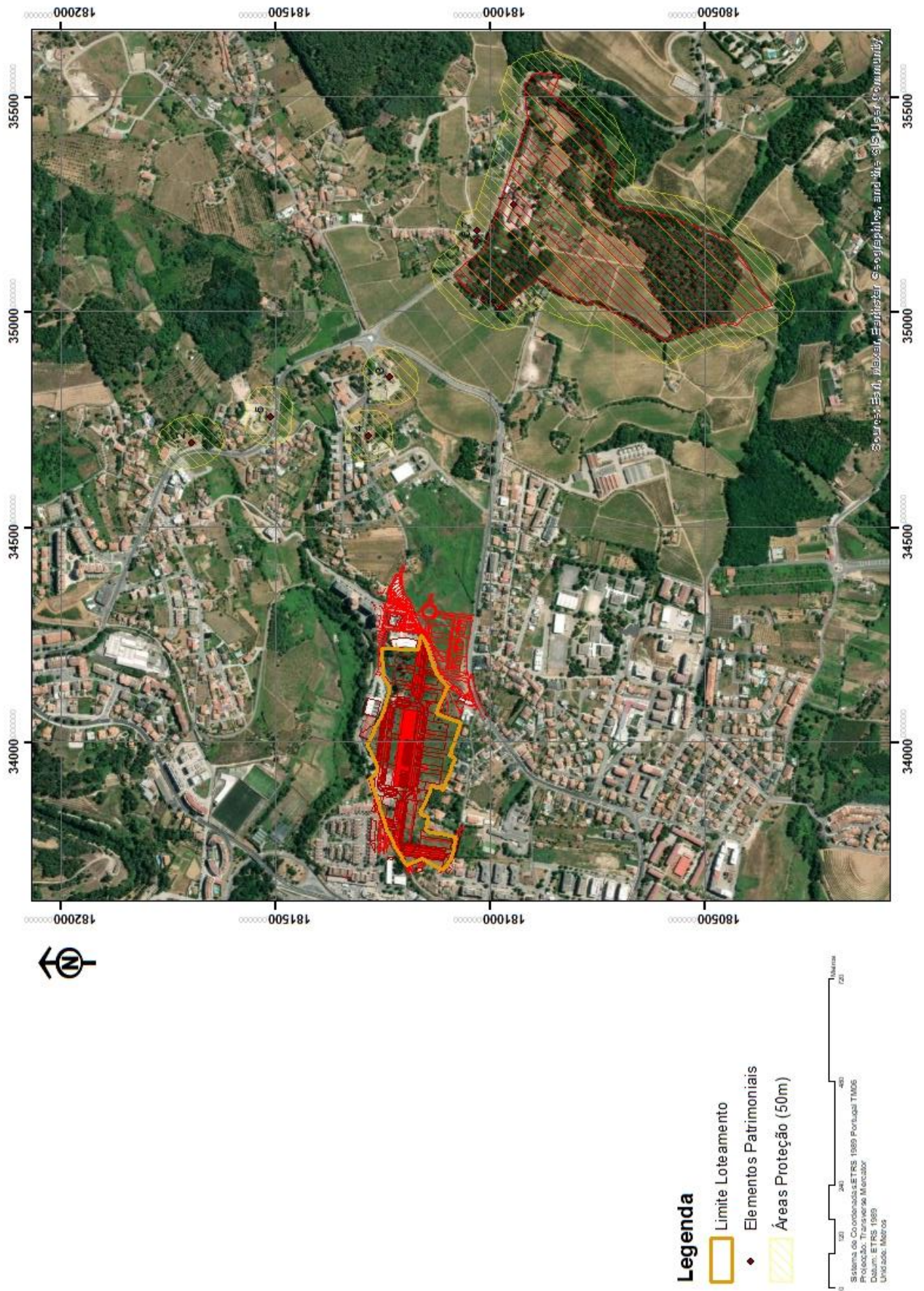
Cartografia da Situação de Referência

Planta da Situação de Referência, esc. 1:25 000

Ortofotomapa da Situação de Referência

Fichas de Situação de Referência





01. Palácio de Mateus

Lugar

Freguesia Mateus

Concelho Vila Real

Coordenadas Geográficas WGS 84

41º 17' 48" N

07º 42' 44" W

Distância do Projeto 790m

Regime Legal de Proteção

Monumento Nacional

Tipologia

Cronologia

Estado de Conservação

Conjunto Edificado

Época Moderna

Alterado

Descrição

Arquitetura residencial, barroca. Solar de planta em U com ala transversal, criando pátio interno descoberto, e com capela isolada disposta lateralmente num dos topos. Fachadas rebocadas com cunhais apilastrados, coroados por pináculos, terminadas em friso e cornija e rasgadas regularmente por vãos rectilíneos sobrepostos, possuindo no primeiro piso janelas de peitoril ou portais de verga recta simples e, no segundo, janelas de sacada ou de varadim, encimadas por frontão. Fachada principal com ala central mais elaborada, terminada em entablamento pleno e balaustrada ondulante resultante do alteamento das cornijas sobre os vãos, de molduras recortadas e terminadas por elemento fitomórfico, e integrando ao centro tabela, com brasão, rematada em frontão contracurvado interrompido. Apresenta escadaria de dois braços opostos e guarda em balaustrada de cantaria a enquadrar o eixo central de portais, o inferior de comunicação ao pátio intermédio e à fachada posterior, e o superior de acesso ao andar nobre, com portal de verga recta encimado por cartela decorada; lateralmente abrem-se ainda janelas de varadim com frontão interrompido por concheado e óculos recortados com elemento flordelizado. O piso térreo, ocupado com as dependências agrícolas, foi concebido em completa subordinação ao andar nobre e funcionalmente separado dele, já que os seus acessos são apenas exteriores, pela ala central da frontaria e pelo pátio interior, o das cavalariças, onde se desenvolvem em faces opostas escadas de braços opostos. No interior, a maioria das salas são intercomunicantes por portas centrais proporcionando perspectivas longas e infinitas até à paisagem. Capela de planta longitudinal composta por nave e capela-mor, com torre sineira adossada em eixo e anexos a N.. Fachadas com pilastras nos cunhais e terminadas em friso e cornija. A principal é definida por duplas colunas suportando arco de volta perfeita no interior do qual se rasgam portal de verga recta e janela, de molduras recortadas envoltas por elementos fitomórficos, e suportando o remate em tabela rectangular coroada por frontão de lanços. No interior possui nave coberta por cúpula com lanternim e retábulo-mor em talha neoclássica, de planta recta e um eixo. Constitui um dos solares mais emblemáticos do barroco nortenho, com extraordinária articulação com os jardins envolventes a S. e a

E., os quais, apesar de serem essencialmente de meados do séc. 20, seguem em parte uma linguagem barroca e se submetem a um eixo central definido pela arquitectura, conferida pela sucessão de portais das alas centrais. Esta simetria e axialidade, bem como o tratamento decorativo exuberante da ala central da fachada principal, em contraste com as restantes, é atribuída normalmente ao arquitecto Nicolau Nasoni, e comparada com outras obras do mesmo como o Palácio do Freixo (v. PT011312030008) e a Igreja de São Paulo ou dos Clérigos (v. PT011714240165). A sua planta, em U com ala transversal criando pátio intermédio, é pouco comum e o murete de cantaria encimado pela balaustrada a fechá-lo, constitui uma solução de compromisso entre a variante de U aberto e o fechado, acabando por não fechar o espaço interior nem cortar visualmente a fachada principal. Apresenta linhas baixas e escala acolhedora apesar da grande área que ocupa, conseguindo alguma verticalidade com a magistral colocação de elegantes e altos pináculos circulares galbados, em alvenaria e cantaria e terminados em fogaréus, no enfiamento das pilastras dos cunhais e definidores de panos das fachadas, bem como com as várias chaminés de corpo escalonado. A morosidade da sua construção resultou na conciliação de elementos barrocos de épocas evolutivas distintas, observando-se, por exemplo, na fachada lateral esquerda, janelas encimadas por espaldar coroadado por cornija em ângulo, e, a coroar o centro da fachada posterior, uma empena curva alteada, sobreposta por beiral, característicos já do tardo-barroco. Quer o primeiro pátio, nobre, quer o segundo, essencialmente de circulação de pessoal, possuem pavimento em lajes de granito com guias de linhas convergentes, formando jogos geométricos. Interiormente, a divisão social é extremamente vincada, visto que a comunicação entre os dois pisos se realizar apenas por uma escada muito estreita na zona da cozinha e copa, no piso térreo, com a sala de jantar. A outra escada, que ligava o piso superior à zona do jardim, no topo E., encontra-se actualmente entaipada. A capela possui a mesma cércea do palácio, no entanto, parece muito mais alta, sendo a sua verticalidade, conferida pelos elementos arquitectónicos que emolduram a fachada, o respectivo remate alteado, bem como a colocação dos vãos em eixo, encimados por brasão. O remate da fachada é anacrónico, visto retomar a linguagem das tabelas maneiristas, com aletas, e frontão de lanços a rematá-la, ao mesmo tempo que segue a linguagem barroca da época de construção, com os fogaréus e outros elementos. Os vãos da fachada principal são recortados e profusamente envolvidos por decoração fitomórfica, contrastando com os das fachadas laterais, rectilíneos, mas que interiormente também são recortados e envolvidos por decoração, contribuindo assim para a dinamização do espaço. Para tal contribui igualmente os arcos a definir a nave, criando interiormente uma elipse, sendo exteriormente articulados e distintos volumetricamente. A colocação da torre sineira em eixo na fachada posterior é pouco comum no distrito e constitui uma filiação à "Escola de Braga". No interior, destaque para a sacristia, com tecto em caixotões pintados e o retábulo, ambos maneiristas, reaproveitados da antiga capela da quinta, conforme fora determinado na autorização da construção.

Bibliografia

ALMEIDA, José António Ferreira de, Tesouros Artísticos de Portugal, Lisboa, 1988;

AZEVEDO, Carlos de, Solares Portugueses, Lisboa, 1988;

AZEVEDO, Correia de, Brasões e Casas Brasonadas do Douro, Lamego, 1974;

BINNEY, Marcus, Casas Nobres de Portugal, Lisboa, 1987; BURY, John, Late Baroque and Rococo in North Portugal, in Journal of the Society of Architectural Historians, Charlottesville, Virginia, 1956;

CARITA, Helder, HOMEM CARDOSO, António, Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte, 1990, p. 251, 252, 257, 258, 260, 264, 270 - 274;

DGEMN, Palácio de Mateus. Vila Real. Obras de reforço e de consolidação estrutural 2001 / 2002, s.l., s.d.;

GUERRA, Luís de Bivar, O Brasão dos Morgados de Mateus, separata da revista Armas e Troféus, tomo IV, nº 1, 2ª Série, Braga, 1963;

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Palácio de Mateus em Vila Real. Análise de Anomalias e Contribuição para um estudo de conservação e consolidação, Lisboa, (DGEMN), 1996;

MATOS, Armando de, A Casa de Mateus, Vila Nova de Gaia, 1930;

MOURA, Vasco Graça, SAPIEHA, Nicolas, Figuras em Mateus, s.l., 2002;

SMITH, Robert C., Nicolau Nasoni, Arquitecto do Porto, Lisboa, 1966 / 1967.

Registo Fotográfico



Entrada do Palácio de Mateus

03. Igreja Paroquial de São Martinho de Tours

Lugar

Freguesia Mateus

Concelho Vila Real

Coordenadas Geográficas WGS 84

41º 17' 58" N

07º 43' 00" W

Distância do Projeto 605 m

Inventariado

IPA.00024062

P.U. Vila Real – Imóvel Inventariado n.º 7 – Área Protecção
(50m)

Regime Legal de Protecção

Tipologia

Igreja

Cronologia

Época Moderna

Estado de Conservação

Alterado

Descrição

Arquitectura religiosa, maneirista e barroca. Igreja paroquial de planta longitudinal composta de nave e capela-mor, interiormente bastante iluminada e com tectos de madeira. Fachadas com cunhais apilastrados e terminadas em friso e cornija; a principal, terminada em frontão triangular sem retorno, com nicho concheado albergando imagem do orago no tímpano, é rasgada por portal de verga recta e óculo quadrilobado de moldura circular. Fachadas laterais rasgadas por janelas de capialço e, a lateral esquerda, com porta travessa de verga recta; na lateral direita, existe porta de acesso ao coro-alto e torre sineira de três registos. Fachada posterior terminada em empena. No interior, possui coro-alto, retábulos barrocos de talha dourada e, na capela-mor, tecto de caixotões, pintados.

Bibliografia

ALVES, Natália Marinho Ferreira, ALVES, Joaquim J. B. Ferreira, Alguns Artistas e Artífices Setecentistas de Entre Douro e Minho em Vila Real e seu Termo, Sep. da Revista Bracara Augusta, vol. XXXV, Braga, 1981;

ALVES, Natália Marinho Ferreira, ALVES, Joaquim J. B. Ferreira, Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII-XVIII, Sep. Da Revista de História, vol. V, Porto, 1983;

BORGES, Júlio António, Monografia de Vila Real, Maia, 2006;

CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, Rogério, MATOS, Henrique, As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património, Braga, 2006;

SOUSA, Fernando de, GONÇALVES, Silva, Memórias de Vila Real, vol. 2, Vila Real, 1987.

Registo Fotográfico



Igreja Paroquial de São Martinho de Tours

08. Mateus

Lugar

Freguesia Mateus

Concelho Vila Real

Coordenadas Geográficas WGS 84

41º 17' 50" N

07º 42' 54" W

Distância do Projeto 785 m

Regime Legal de Proteção

Inventariado - CNS 6608

Tipologia

Cronologia

Estado de Conservação

Achados Diversos

Romano

Alterado

Descrição

De acordo com as informações bibliográficas, os achados datam de finais do século XIX e procedem aparentemente “de uma vinha em Mateus”, pertencente à então “Casa Paulo”. As notícias são reportadas por Henrique Botelho, sendo publicadas de forma desfasada e dispersa.

A primeira menção ao local data de 1903 e é descrita na Vária da revista Portugália sob o título “Instrumentos de bronze no concelho de Villa Real (Traz-os-Montes)”: « Depois de concluída a nota relativa aos objectos referidos até esta parte, appareceram em Matheus, ao plantar-se uma vinha, seis moedas de prata (denários) muitos tijolos, moinhos de pedra, entre os quaes um completo e os dois instrumentos de que vou dar uma descrição rápida (...)» (BOTELHO 1903:827).

Em 1904 o autor dá nota do achado no artigo «Archeologia de Trás-os-Montes: 1. Instrumentos de bronze do concelho de Villa Real: 2. Antas do concelho de Villa Pouca de Aguiar : 3. Uma pulseira de ouro da freguesia de Torgueda”: «(...) um objecto de bronze, de forma curvilínea, à maneira de arrecada, aparecido em uma vinha em Matheus (Villa Real), onde tem aparecido denarii romanos (seis), sepulturas de tijolo, etc; uma agulha ou alfinete da mesma substancia, proveniente da mesma vinha» (BOTELHO 1904:167)

Mais tarde, em 1907, num segundo artigo, intitulado “Numismatica e Archeologia”, são acrescentadas as seguintes informações:

«A lápide foi mandada pelo Sr. Conde de Villa Real para uma propriedade sua, e lá esteve durante muitos meses. Nos fins do anno de 1905 foi recolhida no Museu Ethnologico, a pedido do Sr. Dr. Leite de Vasconcellos, a quem o Sr. Conde a ofereceu gostosamente. É de granito de grão miúdo, e com molduras simples; apresenta algumas fracturas de pequenas dimensões. Nas faces anterior e lateral esquerda encontram-se duas excavações rectangulares, que não vi ainda nas outras lapides de que tenho conhecimento; devem ser accidentaes. A altura da lapide é de 0^m,65, a largura 0^m,15 e a espessura 0^m,30. Na base e na parte superior há três molduras muito perfeitas. A inscrição, cujas letas estão

muito distintas e bem conservadas, vae representada na fig. 3 (altura da pedra, 0^m,71; largura, 0^m,30; altura das letras, 0^m,05)» (BOTELHO 1907:30).

A ausência de informação detalhada, quanto à proveniência dos objetos, torna difícil a sua correta relocalização.

Bibliografia

BOTELHO, Henrique (1903) - Instrumentos de bronze no concelho de Villa Real (TrazosMontes). In Portugália. Porto. 1:14, p. 825-827.

BOTELHO, Henrique (1904) - Archeologia de Trás-os-Montes. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1^a série:9, p. 166-170

BOTELHO, Henrique (1907) - Numismática e Archeologia. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1^a série: 12, p. 23-31.

Registo Gráfico



Desenhos da autoria de Henrique Botelho

09. Estrutura de apoio agrícola

Lugar

Freguesia Mateus

Concelho Vila Real

Coordenadas Geográficas WGS 84

41º 17' 50" N

07º 42' 54" W

Distância do Projeto 785 m

Regime Legal de Proteção

Não inventariado

Tipologia

Cronologia

Estado de Conservação

Edifício

Época Contemporânea

Alterado

Descrição

Estrutura de apoio agrícola, de planta quadrangular, em alvenaria de granito e cobertura de quatro águas em telha marselhesa.

Bibliografia

Registo Fotográfico

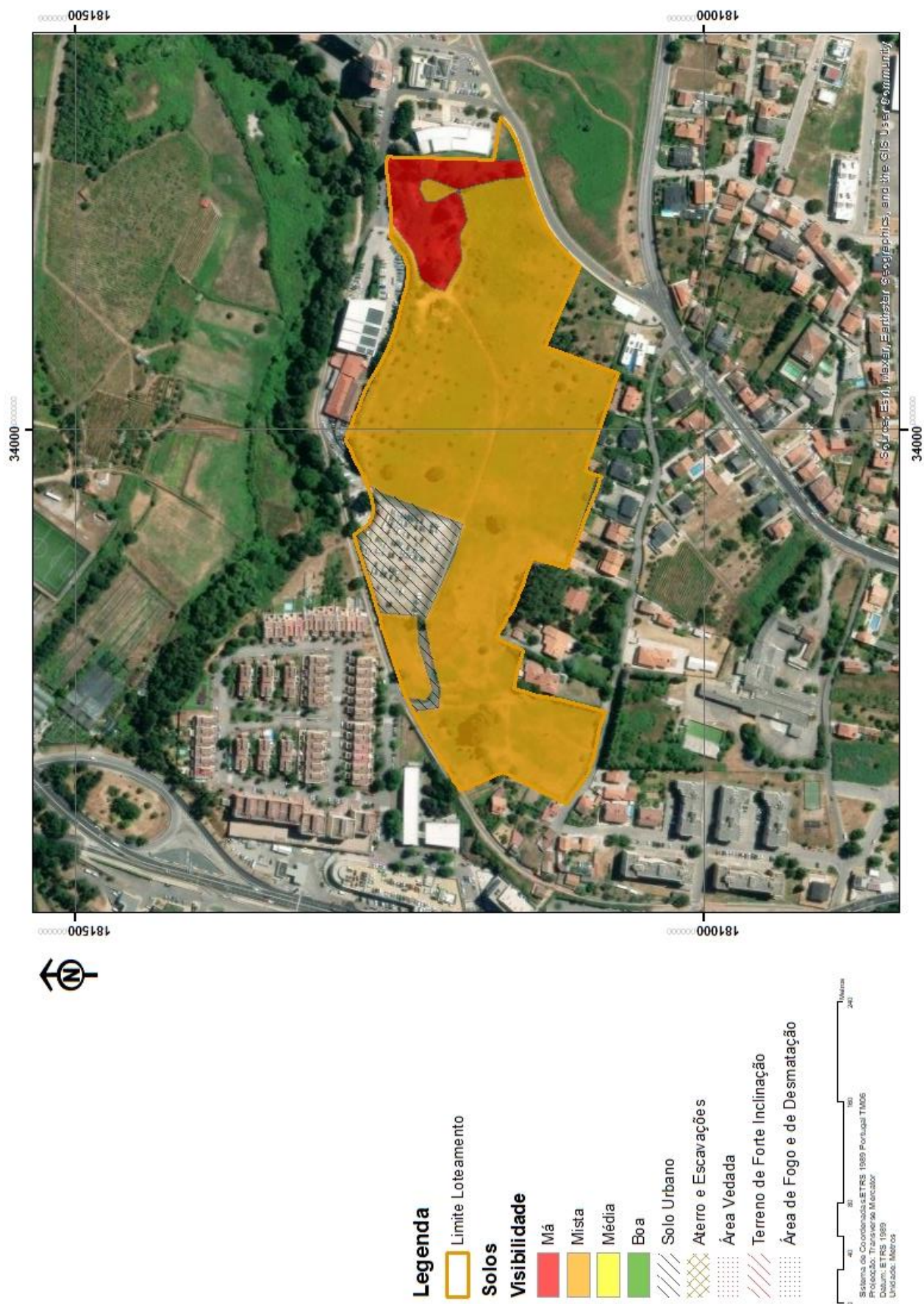


Estrutura de apoio agrícola

Caracterização da Visibilidade de Solos

Mapa de Visibilidades dos Solos

Caracterização da Visibilidade de Solos





Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Má.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Má.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Mista.



Visibilidade do Solo – Visibilidade Má.

Caracterização dos Impactes Patrimoniais

Síntese Matricial de Impactes

Síntese Matricial de Impactes

Descritor	Identificação	Impactes Patrimoniais										
		Avaliação ⁽¹⁾										
		Sinal	Efeito	Acumulação	Momento	Extensão	Magnitude	Reversibilidade	Prob. Ocorrência	Valor Patrimonial	Duração	Impacte
1	Palácio de Mateus	P	I	S	C-L	N	N	R	N	ME	P	CO
3	Igreja Paroquial de São Martinho de Tours	P	I	S	C-L	N	N	R	N	M	P	CO
8	Mateus	O	I	S	C-L	N	N	R	N	R	P	CO
9	Estrutura de Apoio Agrícola	P	D	C	C	T	T	I	ME	M	P	S

(1) **Sinal:** Positivo (P) / Negativo (N), **Efeito:** Directo (D) / Indirecto (I), **Acumulação:** Secundário (S) / Cumulativo (C); **Momento:** Curto (C) / Médio (M) / Longo (L); **Extensão:** Total (T) / Ampla (A) / Parcial (P) / Pontual (PO) / Nulo (N), **Magnitude:** Total (T) / Ampla (A) / Parcial (P) / Pontual (PO) / Nulo (N), **Reversibilidade:** Nulo (N) / Reversível (R) / Irreversível (I), **Probabilidade de Ocorrência:** Muito Elevado (ME) / Elevado (E) / Médio (M) / Reduzido (R) / Nulo (N), **Valor Patrimonial:** Muito Elevado (ME) / Elevado (E) / Médio (M) / Reduzido (R) / Nulo (N), **Duração:** Permanente (P) / Temporário (T), **Impacte:** Crítico (C) / Severo (S) / Moderado (M) / Compatível (CO) / Não Afecta (NA).

Documentos

Aprovação do Pedido de Autorização para a realização
de Trabalhos Arqueológicos – DGPC

16/09/24, 13:54

NEXO Património Cultural Correio - Estado do PATA via Portal do Arqueólogo



NEXO Património Cultural <geral@nexopatrimonio.pt>

Estado do PATA via Portal do Arqueólogo

portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt
<portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt>
Responder a: portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt
Para: geral@nexopatrimonio.pt
Cc: portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt

22 de julho de 2024 às
16:46



PORTAL DO ARQUEÓLOGO

O "Portal do Arqueólogo" atualizou o estado do Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos.

ARQUEÓLOGO: Gabriel Rocha Pereira

PROJETO: Descritor Património - Loteamento Mateus Poente - Vila Real
C - ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático e ações de manutenção e conservação regular de sítios, estruturas e outros contextos arqueológicos, conservados a descoberto, valorizados museologicamente ou não.

CATEGORIA:

TRABALHO: Prospeção

SUBMETIDO EM: 2024-07-22 16:31

RECEBIDO EM: 2024-07-22 16:46

Esta mensagem foi gerada automaticamente pelo Sistema de e-mail do Portal do Arqueólogo.

© PC, IP 2024

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=7078e13a3d&view=pt&search=all&permmsgid=msg-f:1805294697785597835&simpl=msg-f:1805294697785...> 1/1



Source: Esri, Maxar

Legenda

Elementos Patrimoniais

ZP

Áreas Proteção (50m)

Limite Loteamento

